

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Proposta de orçamento busca reforçar credibilidade 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo deve detalhar projeto, com déficit primário zero em 2025 5

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Orçamento de 2025 tem R\$ 46,7 bilhões em alta de receita que dependem do Congresso
..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CVM estuda regulamentar os influencers de finanças - MERCADO S/A 8

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentados do INSS podem ter direito a adicional de 25% 10

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - DESTAQUE
SEGURIDADE SOCIAL

Futuro da previdência 12

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS em atraso? Saiba como regularizar suas contribuições 14

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Declaração - APOSENTADOS 16

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Efeito fiscal de pente-fino em benefícios é incerto 18

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR
REFORMA TRIBUTÁRIA

Juros nos Estados Unidos e no Brasil vão ditar rumo do dólar neste mês 19

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: quem vai pagar menos impostos? (Reforma tributária) 21

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária permite antecipar com desconto imposto na venda de imóveis (Reforma tributária)
..... 23

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Efeito fiscal de pente-fino em benefícios é incerto (Editorial) 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Expansão fiscal se combina ao mercado de trabalho aquecido - SERGIO LAMUCCI 26

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Investimentos ganham força no país, e anúncios crescem 24% 28

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - DM
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

É impossível Congresso aprovar aumento de tributos, diz Lira 31

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto eleva tributo sobre o lucro 32

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Com alta de juros, qual é a melhor opção para investir? 33

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB pode trazer nova surpresa positiva no 2º tri, estimam economistas 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Ação do BC no câmbio provoca ruído no mercado 38

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Até onde pode ir o ciclo de corte de juros pelo Fed? 40

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Taxa de desemprego recuou para 6,8% 42

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
ECONOMIA

Caixa deposita R\$ 15,2 bilhões de resultados do FGTS em 2023 43

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Campos Neto prevê ajuste gradual na Selic 44

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

BC realiza duas operações de intervenção no câmbio 46

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - POLÍTICA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Possível fim do saque-aniversário deve ficar para depois das eleições 47

Proposta de orçamento busca reforçar credibilidade

Lu Aiko Otta Brasília

Com as contas públicas sob forte escrutínio do mercado, a equipe econômica preparou um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 que busca reforçar a credibilidade da política fiscal. A estratégia esbarra, porém, na falta de sinais mais contundentes na contenção de despesas, principalmente gastos obrigatórios. Além disso, o momento delicado na relação com o Congresso Nacional deixa pontos em aberto.

O sinal mais claro e objetivo da intenção do governo de cumprir a meta fiscal de déficit zero é que a peça orçamentária prevê perfeito equilíbrio entre receitas e despesas em R\$ 2,39 trilhões para o governo central. A peça mira o centro da meta, e não a banda inferior da margem de tolerância.

Do lado das receitas, tenta-se passar ideia de "normalidade". As medidas novas para elevar arrecadação são semelhantes às já lançadas desde 2023. A maior parte segue diretrizes que vêm desde o início da gestão de Fernando Haddad na Fazenda: buscar a conformidade e corrigir distorções.

Das mudanças consideradas no PLOA pelo lado das receitas, muitas dependem só da ação do Executivo.

O governo espera arrecadar R\$ 26,4 bilhões com transações tributárias de grandes empresas, por exemplo, e mais R\$ 30 bilhões com o programa de transações da Receita.

Outros R\$ 20 bilhões são esperados com aperto do controle sobre uso de incentivos fiscais.

A parte que depende de aprovação do Legislativo, as chamadas "receitas condicionadas", soma R\$ 46,7 bilhões. É integrada, por exemplo, pelos R\$ 17,9 bilhões esperados com aumento das alíquotas da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e da tributação sobre Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Além disso, foram adotadas estimativas mais conservadoras para receitas que não apresentaram a performance esperada.

Os ingressos com acordos após julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** foram estimados em R\$ 28,5 bilhões, ante R\$

54,7 bilhões este ano. As receitas com concessões no Ministério dos Transportes ficaram em R\$ 10 bilhões, em contraste com os R\$ 34,5 bilhões originalmente previstos em 2024.

Há um ponto de incerteza sobre as medidas de compensação da desoneração sobre a folha de pagamentos.

Ainda não foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que trata do assunto.

Do lado das despesas, maior fonte de preocupação do mercado, os sinais de ajuste são escassos. Efetivamente, o que foi considerado em redução de gastos no PLOA 2025 são os R\$ 25,9 bilhões a serem obtidos com a cessação de benefícios pagos indevidamente.

Porém, técnicos ressaltam que as despesas estão estimadas em 19,3% do **PIB**, o que indica que seguem estabilizadas e abaixo de 20% do **PIB**. A média no período de 2015 a 2023, exceto 2020, foi de 19,2% do **PIB**. Além disso, dizem, está em curso forte ajuste fiscal, com as contas do governo central saindo de déficit de R\$ 230 bilhões em 2023 para R\$ 28,8 bilhões este ano, um ajuste da ordem de 85%.

As despesas obrigatórias somarão R\$ 2,71 trilhões em 2025 e R\$ 2,9 trilhões em 2026. A conta de benefícios previdenciários alcançará R\$ 1,01 trilhão no ano que vem, ante R\$ 923 bilhões estimados este ano.

A revisão de gastos, dizem os técnicos, pode ir além dos R\$ 25,9 bilhões. Porém, ainda não foram divulgados detalhes sobre como será expandida.

Além disso, não foram abandonadas as discussões sobre os ajustes estruturais cobrados pelo mercado.

Por exemplo, "modernizar" a indexação de algumas despesas.

Essa é uma discussão que segue viva entre os técnicos da área econômica, apesar das resistências dentro do próprio Executivo.

Há duas semanas, foi incluído no projeto de lei que trata da dívida dos Estados um dispositivo que mudava o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL),

retirando dela componentes como concessões e royalties. Com isso, seria possível desacelerar o crescimento de despesas atreladas à RCL, como o piso de gastos com saúde e as emendas parlamentares. O dispositivo foi retirado da proposta a pedido da Casa Civil. Mas a ideia segue em pauta, informa-se nos bastidores.

Do mesmo naipe, está em debate nova regra que limitaria o crescimento de emendas parlamentares ao orçamento ao mesmo ritmo das demais despesas discricionárias do governo. A ideia está expressa na nota conjunta emitida dos três Poderes da República que trata do acordo sobre o novo tratamento das emendas parlamentares ao orçamento.

Em 2025, as emendas impositivas (têm de ser executadas) somarão R\$ 38,9 bilhões.

O tratamento das emendas é um tema que segue em aberto e que pode influenciar na apreciação do PLOA e das medidas necessárias para atingir o equilíbrio fiscal. As eleições proporcionam uma pausa, mas o final deste ano promete emoções.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1§ion=1)**

Governo deve detalhar projeto, com déficit primário zero em 2025

Gabriel Shinohara e Murillo Camarotto De Brasília

O governo federal vai explicar os detalhes do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025 às 11h de hoje. O PLOA foi enviado ao Congresso na última sexta com estimativa de resultado primário zero do governo central em 2025.

Da parte do Ministério do Planejamento e Orçamento, devem participar da coletiva de imprensa o secretário-executivo Gustavo Guimarães e o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes.

Do Ministério Fazenda participam o secretário-executivo Dario Durigan e o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas.

A proposta também prevê aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 1.412 para R\$ 1.509. Apesar do número, o valor deve ser definido por decreto presidencial que normalmente é publicado no início de cada ano.

O PLOA prevê R\$ 121,51 bilhões em receitas extraordinárias. Pelo projeto, o montante será alcançado, entre outros, com acordos de processos que terminaram empatados no **Carf**, tribunal administrativo federal, que representaria R\$ 28,58 bilhões, com transações de relevante e disseminada controvérsia jurídica, R\$ 26,84 bilhões, com transações individuais e adesões, R\$ 31 bilhões. O PLOA ainda prevê R\$ 46,747 bilhões em receitas de projetos que dependem do Congresso.

Procurados, economistas avaliaram que o PLOA veio relativamente dentro do esperado, mas ainda há dúvida sobre a evolução das receitas. O governo enviou projeto tratando da elevação das alíquotas dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) e da CSLL na própria sexta. Juntas, as duas medidas arrecadariam cerca de R\$ 20 bilhões.

No sábado, após o envio do texto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) afirmou considerar "quase impossível" aprovar o projeto de elevação de **tributos**.

Durante evento da XP Expert, no sábado, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o governo trabalha em uma segunda etapa do planejamento para

cortar gastos e, assim, atingir as metas fiscais nos próximos anos.

Ela disse que "o momento certo da verdadeira revisão de gastos se dará no segundo semestre de 2025".

Segundo ela, a autorização para corte de R\$ 25,9 bilhões para 2025, para cumprir meta de déficit fiscal zero, não será suficiente para 2026. Governo e Congresso, disse, precisarão discutir questões estruturais de gastos e ir além do "pente-fino" que já está sendo feito.

"Congresso e governo devem discutir gastos e ir além do pente-fino" Simone Tebet

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1§ion=1>

Orçamento de 2025 tem R\$ 46,7 bilhões em alta de receita que dependem do Congresso

Adriana Fernandes

A proposta de Orçamento de 2025 foi encaminhada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contando com R\$ 46,7 bilhões de medidas de incremento da arrecadação condicionadas à aprovação do Congresso Nacional até o final deste ano.

As medidas foram incluídas pela equipe econômica para fechar o buraco que faltava no PLOA (Projeto de Lei Orçamentária) com um resultado dentro da meta fiscal de déficit zero, mas já enfrentam resistências do setor privado e de parlamentares.

Além de projeto de alta da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e do JCP (Juros sobre Capital Próprio) das empresas, o governo considerou na peça orçamentária a reoneração integral da folha de pagamento de 17 setores e dos municípios no ano que vem.

Embora o Senado já tenha aprovado o projeto de reoneração gradual, que mantém boa parte do benefício fiscal em 2025, a equipe econômica decidiu, após análise jurídica, não incluir o impacto das medidas compensatórias previstas no texto do relator e líder do governo, senador Jaques Wagner (PT-BA). A previsão incluída no PLOA foi de uma receita de R\$ 25,8 bilhões com medidas de compensação, que ficaram condicionadas à aprovação do projeto na Câmara.

Segundo um integrante da equipe econômica, à medida que o projeto avance no Congresso, o impacto será absorvido nas estimativas e, possivelmente, será até maior do que o valor calculado.

Se medidas compensatórias não forem aprovadas no tamanho previsto pelo governo, a avaliação do governo é que fica valendo a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de volta da contribuição previdenciária de 20%.

Um dos grupos beneficiados com a desoneração é o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a Folha. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

O governo recebeu informações declaradas pelas próprias empresas beneficiadas que indicam uma renúncia na casa dos R\$ 35 bilhões, em termos anualizados. De acordo com o interlocutor ouvido pela Folha, o projeto de aumento de **tributos** sobre empresas já é uma "salvaguarda" para garantir o amortecimento do impacto adicional.

Nas negociações no Congresso, os parlamentares já tinham rejeitado o aumento das alíquotas do CSLL e do JCP. A dependência do governo do Congresso para aprovar as medidas de alta de arrecadação acontece num momento de crescimento da resistência dos parlamentares em aprovar mais medidas de alta de **impostos** em meio às negociações delicadas de uma nova regra para as emendas parlamentares e da sucessão nas presidências da Câmara e do Senado.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi o primeiro a apresentar resistência. No dia seguinte da entrega do PLOA, Lira afirmou ser "quase impossível" passar o aumento da carga tributária.

O governo apresentou um projeto com o aumento das alíquotas da CSLL e do JCP antes de protocolar o PLOA no sistema do Congresso. Nos cálculos da **Receita Federal**, a alta garante R\$ 21 bilhões em 2025 e R\$ 32,56 bilhões entre 2025 e 2027.

As empresas também preparam uma reação para barrar o aumento de **impostos**. "Nossa posição é que não se deve mais aceitar nenhum aumento de tributação sobre a sociedade", disse à Folha neste domingo (01) o presidente-executivo da Abrasca (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Pablo Cesário.

"O Brasil já tem uma das maiores cargas tributárias do mundo. Estamos correndo rapidamente para chegar no primeiro [lugar]", ressaltou. Segundo ele, há demanda do governo Lula por mais arrecadação porque as despesas continuam subindo.

"Houve várias medidas de aumento de arrecadação e isso ainda não foi suficiente para interromper demandas de aumento de arrecadação, porque os gastos continuam subindo muito mais rápido que as despesas", criticou.

A entidade, que representa grandes empresas e

bancos com ações negociadas em bolsa de valores, começou a enviar ao parlamentares o documento "Equilíbrio Fiscal Justo e Competitivo" com propostas de medidas para aumentar receitas, sem elevação da carga tributária das empresas, e de redução de despesas, que não tenham como alvo os mais pobres.

Os bancos também sinalizam uma articulação para barrar o aumento da CSLL. No caso deles, a alíquota prevista no projeto do governo sobe dois pontos percentuais, de 20% para 22%. Para as demais empresas, a alíquota sobe um ponto percentual.

Além das medidas de alta de **impostos**, o governo também incluiu no PLOA uma receita adicional de R\$ 121,5 bilhões. Entre elas, uma arrecadação de um novo modelo de transação tributária, lançado na sexta (30) para tentar acabar com litígios que envolvem R\$ 700 bilhões devidos pelas maiores empresas do país.

Nesse grupo de receitas, foram previstos R\$ 28,5 bilhões com a expectativa de uma performance melhor da negociação especial para contribuintes derrotados pelo voto de desempate nos julgamentos do **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** e uma arrecadação de R\$ 20 bilhões a mais com ações administrativas para restringir a utilização indevida de benefícios fiscais.

Do lado das despesas, o governo previu uma despesa de R\$ 1,01 trilhão com o pagamento de benefícios previdenciários, valor considerado subestimado pelos analistas em contas públicas do mercado financeiro e que deve subir.

No último relatório de receitas e despesas do orçamento, divulgado em 22 de julho, o governo estimava para este ano uma despesa de R\$ 923 bilhões com os benefícios previdenciários - previsão também apontada como irrealista pelos especialistas. Eles aguardam as explicações do governo em entrevista prevista para esta segunda-feira (02).

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/09/orcamento-de-2025-tem-r-467-bilhoes-em-alta-de-receita-que-dependem-do-congresso.shtml>

CVM estuda regulamentar os influencers de finanças - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) está em fase de consulta pública para analisar a possível regulamentação da atividade dos influenciadores digitais de finanças. A iniciativa é oportuna. Há muita gente nas redes sociais vendendo promessas de ganhos fáceis com investimentos em renda variável e outros produtos financeiros, ludibriando milhões de seguidores. No Brasil, assim como na maior parte dos países, só profissionais certificados podem dar recomendações de investimentos, justamente para evitar a ação de palpiteiros despreparados. E eles são muitos. De acordo com dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), 534 brasileiros atuam como influenciadores de finanças - juntos, eles são acompanhados por um exército de 208 milhões de seguidores. Obviamente, existem profissionais sérios nesse mercado, mas os picaretas também têm espaço no território livre da internet.

Whirlpool tem melhor semestre da história

Dona de marcas consagradas no mercado brasileiro, como Brastemp e Consul, a companhia norte-americana Whirlpool alcançou no primeiro semestre receitas de R\$ 8,3 bilhões no país - trata-se do melhor desempenho da história, impulsionado por um salto de 18%. A melhor performance veio do segmento de refrigeradores, que avançou 25% em vendas. Atualmente, a empresa está investindo R\$ 500 milhões para modernizar as fábricas de Joinville, em Santa Catarina, e de Rio Claro, no interior paulista.

Abertura de empresas cresce no Brasil

Pelo quarto ano consecutivo, o Brasil superou a marca de 2 milhões de empresas abertas no primeiro semestre de 2024.

De acordo com levantamento realizado pela Contabilizei, maior escritório de contabilidade do Brasil, nasceram, no período, 1,4 milhão firmas da área de serviços, 578 mil no segmento de comércio e 128 mil indústrias. Ao todo, o número de novos CNPJ avançou 7,1% nos seis primeiros meses do ano em comparação com idêntico intervalo de 2023, conforme o estudo da Contabilizei.

Com X suspenso, Bluesky ganha 1 milhão de usuários

O cofundador do Twitter (atual X), Jack Dorsey, está rindo à toa. Depois de vender a rede social para Elon Musk, em 2022, por US\$ 44 bilhões, ele agora acompanha a chegada em massa de usuários brasileiros para a sua plataforma, a Bluesky. Com a suspensão do X no Brasil pelo ministro do Supremo Alexandre de Moraes, muitos correram à rede criada por Dorsey em 2019. Em três dias, a Bluesky alcançou a marca de 1 milhão de novos adeptos. "Agora este é um aplicativo brasileiro", comemorou o empresário.

"As pessoas vão se esquecer muito rápido de quanto você vendeu, mas vão se lembrar por muito tempo de como você impactou a sociedade" Tim Cook, presidente da Apple

R\$ 3,6 TRILHÕES é o patrimônio líquido atual dos fundos de renda fixa, um avanço de 20% na comparação com um ano atrás

RAPIDINHAS

No último dia 27, a **Receita Federal** respondeu à consulta proposta pela ApexBrasil, reconhecendo a possibilidade de aplicação da alíquota zero de Imposto de Renda para os pagamentos realizados pela agência para o pavilhão brasileiro na Expo2025 Osaka.

Na prática, o entendimento resultará em uma economia tributária de R\$ 16 milhões.

O Solve For Tomorrow, programa global de cidadania corporativa da Samsung, registrou na atual edição um aumento de 19% no número de projetos inscritos versus o ano passado. A iniciativa da empresa sul-coreana é realizada no Brasil desde 2014 e busca incentivar estudantes da escola pública a desenvolverem soluções inovadoras.

No próximo 5 de setembro, a Lightwall Brasil inaugura em Rio Claro, no interior paulista, a maior fábrica de painéis modulares do país, com capacidade para produzir cerca de 20 mil casas por ano. A fabricante de painéis pré-moldados pretende abrir outras cinco unidades em 2025, com um investimento total de R\$ 220 milhões.

A Fundação Getulio Vargas lançou o FGV Clima, centro de pesquisa para o estudo das mudanças climáticas. "Queremos levar a expertise técnica dos profissionais de economia para fortalecer a ação climática brasileira e impulsionar o desenvolvimento socioeconômico do país", disse Clarissa Gandour, cofundadora do FGV Clima.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/5934/02-09-2024.html?all=1>

Aposentados do INSS podem ter direito a adicional de 25%

CAIO PRATES

Aposentados com problemas graves de saúde e que necessitam de assistência permanente de terceiros possuem o direito a um adicional de 25% sobre o valor do benefício do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

A Lei 8.213/91 garante o benefício intitulado como auxílio- acompanhante a todos os aposentados por invalidez que necessitam de apoio para tarefas cotidianas como tomar banho, ir ao banheiro, fazer a refeição, ir ao mercado, entre outras atividades.

Exemplos de situações que dão direito à aposentadoria por invalidez e ao adicional de 25% são os de aposentados acometidos de cegueira total, alienação mental, perda de membros, doenças que exigem permanência contínua em leito, entre outras, assim como os casos de idosos que estão internados em casas de repouso.

O advogado João Badari, sócio do Aith, Badari e Luchin Advogados, ressalta que a lei que garante o adicional é de 1991, porém, nem sempre os aposentados sabem que podem pedir o acréscimo e que STF (Supremo Tribunal Federal) determinou que só os aposentados por invalidez têm direito ao auxílio. "Os aposentados, de forma legítima, invocaram o princípio da isonomia para tentar conseguir a extensão do adicional para todos os beneficiários do **INSS**. Mas a decisão do Supremo deixa claro que esse direito só será garantido por uma nova legislação, que deverá ser analisada no Congresso Nacional", explica o advogado.

A tese do STF é de que "no âmbito do Regime Geral de **Previdência Social**, somente lei pode criar ou ampliar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão de extensão do auxílio da grande invalidez a todas às espécies de aposentadoria".

A Corte Superior analisou um recurso extraordinário que questionava decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) que estendeu a possibilidade de pagamento do adicional de 25% para os segurados, que comprovavam a necessidade de um acompanhante, que recebem todos os tipos de aposentadoria, e não só a por invalidez.

A maioria dos ministros acompanhou o entendimento do relator, Dias Toffoli, que também propôs modular os efeitos da tese, garantindo que quem quer que tenha assegurado o pagamento do benefício por meio de decisão judicial transitada em julgado deve continuar recebendo o adicional.

Badari frisa que o adicional é devido apenas aos aposentados por invalidez, com sequelas permanentes. "Esse tipo de aposentadoria é dado a quem tem uma doença ou sofreu um acidente e, por causa disso, não consegue mais trabalhar. Quem decide se há direito à aposentadoria por invalidez e ao adicional de 25% é o perito médico do **INSS**", afirma.

*

Se **INSS** negar, o caminho é procurar pela Justiça

De acordo com o advogado Ruslan Stuchi, sócio do Stuchi Advogados, os aposentados por invalidez que comprovam dependência de outra pessoa podem conseguir o adicional. Não importa se o acompanhante é um membro da família ou um profissional contratado pelo segurado. Exemplos de situações que dão direito aos 25% extras são: incapacidade permanente para as atividades diárias, doença que exija permanência contínua no leito, cegueira total, perda de nove ou dez dedos das mãos, paralisia dos dois membros superiores ou inferiores, perda dos membros inferiores quando a prótese for impossível, perda de uma das mãos e de dois pés, dentre outros.

O advogado destaca que o adicional pode ser concedido na hora em que o perito avalia que o segurado tem direito à aposentadoria por invalidez ou depois que o benefício já foi concedido.

Nesse segundo caso, quando a necessidade aparece depois, o segurado terá que procurar a agência do **INSS** onde sua aposentadoria é mantida para pedir o adicional. "O segurado terá de passar por uma nova perícia médica, para atestar que não consegue fazer suas atividades diárias sozinho", aponta.

Com a perícia agendada, o segurado deve levar laudos médicos detalhados que demonstrem a necessidade de ajuda constante de terceiros.

Também devem ter em mãos exames médicos e até prescrição de remédios que tomam continuamente. Caso o pedido seja negado pelo **INSS**, o aposentado tem como alternativa procurar a Justiça para garantir o seu direito. "Este método judicial é utilizado muitas vezes tendo em vista a grande recusa de ter concedido este adicional de forma administrativa", acrescenta Celso Joaquim Jorgetti, sócio da Advocacia Jorgetti.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_92430621BAB94D7E17F913EF9C5D2678536A92D7572CD216846134FF1A5E08B15AB991A790ECB5660AE38215F0559A027755B0D08670A74CE6CFBC5BCE16E921B9137ECA49B6BFC1869350399B3E82F02131FB02FFF90CC5397FBF579EB9B02A230F31FD32700D2AB3BB5D877382335BF3B256FF3A3F49D6E4C0D38A2163C

Futuro da previdência

Mariana Lemos mariana.lemos@svm.com.br

O envelhecimento da população brasileira antes do previsto, identificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levanta um debate sobre a sustentação do sistema previdenciário.

No Ceará, a expectativa é que a população idosa chegue a 39,26% do total em 2070. A proporção será ligeiramente maior que a do País: 75,3 milhões de brasileiros terão 60 anos ou mais em 2070, o que representará 37,8% da população.

As projeções do IBGE apontam que a proporção de idosos quase duplicou de 2000 a 2023, saindo de 8,7% para 15,6%. A esperança de vida ao nascer também subiu e é de 76,4 anos. Já em 2070, deve chegar a 83,9 anos.

O envelhecimento da população não é um indicador negativo e é consequência do desenvolvimento da região e da melhora nas condições de vida, explica Alesandra Benevides, professora de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC).

"A situação é delicada, entretanto, por indicar a necessidade de mudanças no sistema de **previdência social** brasileiro. O aumento intenso do número de aposentados no futuro pode pressionar as contas públicas", diz.

"O Brasil tem um sistema previdenciário de repartição, em que os atuais trabalhadores contribuem para a previdência de quem está aposentado hoje, e assim por diante. É um sistema que depende basicamente do mercado de trabalho, mas quando a gente pensa no aumento da população idosa, normalmente ela está fora desse mercado", explica.

Uma das ações que pode ser tomada futuramente é a desvinculação do piso das aposentadorias do salário mínimo, segundo Alesandra. Na prática, o benefício deixaria de ser ajustado conforme o piso salarial. A medida já foi ventilada, mas é descartada pelo Governo Federal.

Para abarcar toda a população aposentada no futuro sem restringir os valores, o País precisaria aumentar a quantidade de contribuintes. Contudo, a perspectiva é de que a população brasileira, além de mais velha, ficará menor a partir de 2042.

O número de brasileiros chegará ao máximo em 2041

- 220.425.299 habitantes - e começará a diminuir no ano seguinte. A previsão do início do encolhimento populacional foi adiantada em seis anos, segundo a última análise do IBGE.

"O encolhimento da população mais jovem significa encolhimento da população economicamente ativa e perspectiva de aumento de rombo previdenciário. A perspectiva de deficit é mais comprometedor no futuro. Não só estamos envelhecendo, como há muitos jovens que não estão estudando nem trabalhando", avalia Alesandra.

Direitos O sistema de aposentadoria brasileiro passou por uma grande mudança recentemente, com a Reforma da Previdência aprovada pelo Congresso Nacional em 2019.

A idade mínima para se aposentar passou a ser 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Para que o valor da aposentadoria seja equivalente ao salário médio de seus anos de contribuição, o tempo de trabalho necessário saltou para 40 anos.

Não há clima político para outra grande reforma previdenciária, mas o cenário demográfico exige novas mudanças, reitera Adriane Bra-mante, diretora do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Para crescer a arrecadação, não é necessário reduzir direitos dos trabalhadores e aumentar novamente as idades e tempos de contribuição. O governo deve agir para atrair os 38,8 milhões de trabalhadores informais para a contribuição, assim como os aposentados que escolhem continuar trabalhando, afirma Adriane.

"A pessoa que se aposenta hoje não quer continuar trabalhando registrada. Se ela puder ficar na informalidade, ela vai ficar. Porque a contribuição da pessoa que está aposentada não 'serve de nada'. Se a pessoa trabalhar mais e puder ter uma revisão da aposentadoria no futuro para ganhar mais, seria bastante atrativo", afirma.

Adriane critica a propaganda negativa que o próprio sistema previdenciário faz sobre os riscos de 'quebrar' e aumentar o 'rombo financeiro'.

"É necessário focar também na reforma dos militares. Porque a reforma de 2019 praticamente mudou muito pouco dos militares e eles representam um valor de benefício e critérios benéficos em comparação com o regime geral, no qual em torno de 70% da população

ganha um salário mínimo", complementa.

População Sete dos nove estados do Nordeste vão ver sua população diminuir antes do Brasil como um todo: Alagoas, Maranhão, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe.

Alagoas deve ter decréscimo do número de cidadãos já em 2027 - mesma situação do Rio Grande do Sul. Já o Ceará começará a perder habitantes em 2043, após o Brasil.

Conforme a projeção do IBGE, a população cearense deve chegar ao máximo de 9.582.324 pessoas em 2042 e começará a decair no ano seguinte, chegando a 8.661.295 habitantes em 2070.

O instituto identificou que a redução do número de nascimentos foi mais intensa no Nordeste. De 2000 a 2023, o número de nascimentos no Nordeste recuou de 1,1 milhão para 705,6 mil. A região tem a segunda menor taxa de fecundidade do Brasil, média de 1,56 por mulher.

Alessandra Benevides afirma que os estados da região também são afetados pela perda de população para outros estados. "Regiões mais ricas atraem trabalhadores, qualificados ou não, de regiões que são mais pobres. É um fluxo migratório intenso de pessoas saindo do Nordeste. Pode não ser a causa completa da situação, mas relação", comenta.

Helder Rocha, chefe da Seção de Disseminação de Informações do IBGE Ceará, afirma que as projeções de decréscimo da população se baseiam em um conjunto de fatores, como a faixa etária das mulheres produtivas e a quantidade de jovens.

"Comparando um estado com o outro, você compreende porque determinado estado tem um decréscimo populacional daqui a poucos anos e outros só posteriormente. A questão da migração diminuiu significativamente no Nordeste, mas ainda é considerada", explica.

Os dados e projeções do IBGE são fundamentais para a elaboração de políticas públicas voltadas a cada estado, respeitando as necessidades individuais, destaca Helder.

"A situação é delicada, entretanto, por indicar a necessidade de mudanças no sistema de **previdência social** brasileiro. O aumento intenso do número de aposentados no futuro pode pressionar as contas públicas" Alessandra Benevides Professora de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC)
"Comparando um estado com o outro, você compreende porque determinado estado tem um

decrécimo populacional daqui a poucos anos e outros só posteriormente. A questão da migração diminuiu significativamente no Nordeste, mas ainda é considerada" Helder Rocha Chefe da Seção de Disseminação de Informações do IBGE Ceará

Site: <https://tm.devdos.com.br/>

INSS em atraso? Saiba como regularizar suas contribuições

Quem deixa de contribuir para a **Previdência Social** sabe como a situação pode ser preocupante. O atraso no pagamento pode gerar consequências significativas, como multas, juros e até a redução do valor dos benefícios. Se esse é o seu caso, O DIA preparou uma série de dicas para ajudar a regularizar essa questão da melhor forma possível.

Manter as contribuições previdenciárias em dia é essencial para garantir os seus direitos junto ao **INSS**, como aposentadoria e auxílio- -doença. No entanto, em certas situações, pode ser inviável.

Esse foi o caso da técnica de enfermagem Rosimere Costa, de 49 anos, que foi demitida durante a pandemia e precisou parar de contribuir com o **INSS**. "Fiquei desempregada porque precisei ficar um mês no hospital com meu garoto e não tinha ninguém para me dar assistência, pois minha família estava cuidando da minha mãe e do meu pai, que estavam com câncer terminal", explica a técnica. De acordo com Rosimere, quando retornou ao trabalho, após tirar férias antecipadas para cuidar de seu filho, houve uma demissão em massa. "Por conta da pandemia e do aumento do salário dos técnicos de enfermagem, que ainda não foi implementado, houve muitas demissões na empresa. No dia em que voltei a trabalhar, 28 pessoas, incluindo eu, foram demitidas", diz.

Rosimere está sem pagar o **INSS** desde 2022. A técnica já tem 20 anos de contribuição na carteira, mas relata o desejo de voltar a ter os pagamentos em dia. Assim como Rosimere, muitos brasileiros precisaram atrasar as contribuições, mas continuam em busca de regularizar a situação para conseguir a tão sonhada aposentadoria.

'PERÍODO DE GRAÇA'

Especialista em Direito Previdenciário e membro da Comissão de Direito Constitucional da Associação Brasileira de Advogados (ABA/RJ), Camila Oliveira explica que existe um período, conhecido como "período de graça", em que o segurado pode deixar de contribuir sem perder os benefícios do **INSS**.

"A pessoa que deixou de exercer atividade como empregada ou empregada doméstica mantém a qualidade de segurado por até 12 meses após o último recolhimento; o segurado facultativo, por seis meses; e

o segurado incorporado às Forças Armadas, por até três meses após o licenciamento", explica a especialista.

O segurado facultativo é alguém que contribui com o **INSS** sem exercer atividade remunerada, como estudantes, donas de casa ou pessoas sem renda fixa.

Camila Oliveira recomenda que a regularização das mensalidades seja feita dentro do "período de graça", pois, assim, "elas serão contabilizadas para tempo de contribuição e para carência", explica. A regra atual estabelece que, para se aposentar pelo **INSS**, é necessário que as mulheres tenham 180 meses de contribuições em dia, o que equivale a 15 anos, além da idade mínima de 62 anos.

Para os homens, a exigência é de 65 anos de idade e 20 anos de contribuição.

*

A importância de pôr em dia a contribuição

Em resposta a O DIA, o **INSS** disse que, no caso de contribuintes individuais, como autônomos e profissionais liberais, é possível regularizar a situação em atraso dos últimos cinco anos pelo site do Meu **INSS**. Basta acessar o serviço "Emissão da Guia da **Previdência Social** (GPS)", emitir a guia com o valor correto e realizar o pagamento.

No caso de segurados facultativos, o **INSS** diz que a regularização também pode ser feita pelo Meu **INSS**, mas através da emissão de GPS para contribuições em atraso dos últimos seis meses.

Para quem ultrapassou o "período de graça", também é possível regularizar a contribuição.

Camila Oliveira explica que "quanto mais tempo passar, maior será o valor a pagar". Como principal dica, a especialista indica que o procedimento seja realizado com supervisão.

"Não recomendo que o segurado realize o pagamento sem antes procurar um advogado que possa orientá-lo sobre a necessidade ou não de efetuar o pagamento", afirma.

Mozar Carvalho, do escritório Machado de Carvalho Advocacia, diz que o atraso ou falta de pagamento pode gerar consequências, como redução do tempo de contribuição total, ou resultar em aposentadoria tardia ou em valor menor, "já que o cálculo é feito com base no tempo de contribuição e na média dos salários de contribuição", destaca.

*

Como regularizar a situação sendo MEI

Camila Oliveira pontua que há uma diferença na regularização do MEI (Microempreendedor Individual).

"O MEI possui um portal próprio, o Programa Gerador de DAS do Microempreendedor Individual, e o pagamento deve ser realizado pelo Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS", explica.

"Se o MEI atrasar seus recolhimentos, poderá ser notificado e, posteriormente, inscrito em Dívida Ativa", alerta. "Há muitos MEIs que fizeram a inscrição, simplesmente deixaram de pagar, não deram baixa no CNPJ e não fazem ideia do risco que estão correndo".

Mozar Carvalho cita alguns dos erros mais comuns, incluindo "a falta de comprovação de atividades no período de atraso, o cálculo incorreto dos valores devidos e a tentativa de regularização sem orientação profissional, o que pode resultar em pagamentos indevidos ou insuficientes".

Rodrigo Lelis, professor de Direito Previdenciário, reforça a importância de ter um profissional para acompanhar o caso.

"Se houver dificuldades, não faça sozinho. Não tente preencher a guia achando que é fácil ou colocar um valor menor para pagar menos, pois, se recolher um valor incorreto, terá mais problemas para retificar. É melhor procurar um especialista. Se não tiver como pagar, a defensoria pública poderá auxiliá-lo", afirma.

Site:

https://flip.odia.com.br/index.php?e=S&cd_prded=&cd_c atpr=&dtEdcaoIni=02%2F09%2F2024&dtEdcaoFim=02%2 F09%2F2024&search=search

Declaração - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

"A quantidade de benefícios indevidos é muito alta". Esta foi a informação do ministro Carlos Lupi, acrescentando que a operação pente-fino identificou o pagamento indevido a 45 mil pessoas. Confirma-se, portanto, a incompetência do órgão do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) na concessão dos benefícios, exigindo a imediata providência de reformulação na gestão administrativa, a fim de impedir que a concessão indevida se repita, causando prejuízos incalculáveis à **Previdência Social** e, conseqüentemente, ao segurado do **INSS**, participante- contribuinte, impedido de receber proventos dignos em suas aposentadorias e pensões.

IMPERATIVA

É imperativa a correção do impróprio procedimento adotado no reajuste dos benefícios concedidos aos segurados do **INSS**. O procedimento que vem sendo utilizado é injusto e não corresponde às necessidades de quem contribuiu durante décadas para ser contemplado, dignamente, quando completasse o seu tempo no mercado de trabalho. A mudança indevida no cálculo dos reajustes que eram atrelados ao mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo - repetiremos sempre - efetivada impropriamente no governo Fernando Collor de Mello em 1991, prejudicou e prejudica, ainda hoje, milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros.

Correção já!

ORÇAMENTO

Foi divulgado na imprensa que o governo federal promoverá um corte de R\$16,9 bilhões no Orçamento da União no próximo exercício de 2025. Destacou que essa providência irá alcançar o **INSS** nos benefícios pagos pelo Instituto, ressaltando o **BPC** - Benefício de Prestação Continuada.

Mais uma vez constata-se que a gestão administrativa do órgão, principalmente o setor de concessões não funciona a contento, permitindo que irregularidades aconteçam com os recursos financeiros disponibilizados pelo segurado-contribuinte.

Para os aposentados e pensionistas, principais prejudicados, a correção desse malfeito é uma exigência que não pode perdurar.

Afinal, a **Previdência Social** é centenária, tempo mais que suficiente para ser exemplo de administração.

SEGURIDADE

A **Seguridade Social** compõe-se de três áreas: saúde, assistência social e **previdência social**. Foi criada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título VIII - Capítulo II, artigos 194 a 203. Será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das contribuições sociais relacionadas no artigo 195. Pelo que se verifica, os recursos financeiros arrecadados nessa conta têm destino definido. Assim sendo, não podem nem devem ser transferidos para pagamento de outros gastos de governo e sim aplicados somente em saúde, assistência social e **previdência social**.

Desviá-los contraria a Carta Magna.

INSISTÊNCIA

Aposentados e pensionistas, segurados do **INSS**, não podem deixar de lado a reivindicação que fazem para a correção dos proventos das aposentadorias e pensões, defasados pela maldosa e perversa desvinculação dos reajustes do mesmo índice aplicado ao salário mínimo. A aprovação do Projeto de Lei nº 4434/2008 pelos deputados federais, com a sanção pelo presidente da República, tem que acontecer o mais rápido possível, corrigindo-se um procedimento irregular que nunca deveria ter acontecido, prejudicando pessoas idosas que hoje têm dificuldade para adquirir medicamentos e alimentação adequada na manutenção de uma qualidade de vida digna e saudável.

DIREITOS

Para lembrar os deputados federais que aposentados e pensionistas são pessoas idosas, transcrevemos o artigo 2º do Estatuto da Pessoa Idosa: "A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade".

VIVER

"Viver em missão é aventurar-se no cultivo dos mesmos sentimentos de Cristo Jesus e, com Ele, crer que todos somos irmãos" (Papa Francisco).

Site: <https://www.assinante.oliberal.com/jornaldigital>

Efeito fiscal de pente-fino em benefícios é incerto

Editorial

Ao anunciar o detalhamento dos R\$ 25,9 bilhões de cortes que pretende implementar no Orçamento de 2025, o governo deu destaque aos gastos sociais. Do total, a estimativa é que R\$ 6,4 bilhões venham do Benefício de Prestação Continuada (BPC), R\$ 10,5 bilhões de benefícios do **INSS** (incluindo o auxílio-doença) e R\$ 2,3 bilhões do Bolsa Família. Só nessas três rubricas, o governo acredita haver R\$ 19,2 bilhões em pagamentos indevidos.

Ao todo, 5,9% dos gastos do governo em 2023 (ou R\$ 261,6 bilhões) foram destinados a programas como Bolsa Família e BPC. Numa definição mais elástica de gastos sociais que inclui a Previdência, 16,7% do **PIB** - ou quase R\$ 800 bilhões - tem por finalidade a proteção social.

O governo faz bem em dedicar maior atenção a essas despesas. Elas têm exercido enorme poder de atração sobre estelionatários e fraudadores, e não faltam evidências de que existem quadrilhas especializadas em disputar esse dinheiro com quem de fato precisa de ajuda do Estado. Mas é incerto que o combate às fraudes terá o efeito fiscal almejado pelo governo.

A primeira fase de um pente-fino em andamento feito pelo Ministério da **Previdência Social** nos auxílios-doença identificou o pagamento indevido a 45 mil segurados do **INSS**. Havia irregularidades em nada menos que 45% dos benefícios auditados. O desvio de recursos se deve a quem volta a trabalhar e não pede a suspensão do auxílio ou obtém emprego e omite a informação de que o recebe. O objetivo da fiscalização até o fim do ano é averiguar 800 mil pagamentos. O governo espera que, encerrada a auditoria, haja economia de R\$ 3 bilhões.

O caso do pente-fino no BPC, que paga um salário mínimo a idosos ou a deficientes sem condições financeiras, levanta dúvidas sobre essas estimativas. O governo tem pedido a quem recebe o benefício que regularize sua situação no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), criado para identificar aqueles que precisam de apoio do Estado. Para quem não atualizar o cadastro, há risco de suspensão do benefício. A previsão inicial era que a economia com a eliminação de pagamentos indevidos chegaria a R\$ 6 bilhões, mas na semana passada o próprio ministério

anunciou que dificilmente atingirá esse valor, pois a entrada de novos beneficiários tem compensado a suspensão dos benefícios irregulares.

Isso não significa que o pente-fino seja desnecessário. Ao contrário. Onde há muito dinheiro público, proliferam esquemas para tentar desviá-lo. Em 2005, o Ministério Público Federal realizou um cruzamento dos beneficiários do Bolsa Família com a relação dos funcionários da Prefeitura de Teresina, capital do Piauí. Havia mais de 1.100 servidores municipais recebendo indevidamente.

O fato de haver beneficiários de programas sociais fora do CadÚnico já é um sinal de falhas na gestão desses recursos. É espantoso que o cadastro esteja corrompido. O zelo por informações atualizadas sobre os beneficiários e o controle rigoroso deveriam ser a regra em qualquer governo. O pente-fino nos gastos de programas sociais se deve à necessidade de cumprir as metas fiscais. Mas esse pretexto não deveria ser necessário para o governo administrar com austeridade os recursos recolhidos em **impostos**. O combate a desvios precisa ser constante.

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2024/09/efeito-fiscal-de-pente-fino-em-beneficios-e-incerto.ghtml>

Juros nos Estados Unidos e no Brasil vão ditar rumo do dólar neste mês

MURILO MELO E-INVESTIDOR

As previsões dos analistas financeiros para setembro indicam que o mercado permanecerá volátil, com os investidores monitorando de perto as decisões dos bancos centrais, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Um corte de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) ou uma mudança inesperada na taxa básica de juros, a Selic, pelo Banco Central (BC) podem influenciar a cotação do dólar. Em agosto, até o encerramento do pregão da última sexta-feira, a moeda americana acumula recuo de 0,57% - no fechamento, a moeda valia R\$ 5,63.

No cenário doméstico entram nessa conta a recente declaração do presidente do BC, Roberto Campos Neto, de que o dólar não está mais descolado dos fundamentos econômicos e que a autoridade monetária está comprometida a fazer o que for necessário para alcançar a meta de **inflação**, independentemente de quem estará na presidência daqui a quatro meses, quando o mandato dele chegar ao fim.

Seu provável sucessor, Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na última quarta-feira, comentou que a principal dificuldade enfrentada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) não está na necessidade de aumentar os juros, mas em lidar com a **inflação** acima da meta e as expectativas dos preços perdendo a âncora. Galípolo também enfatizou que a autonomia do BC não significa agir de forma arbitrária.

EXTERIOR. No ambiente internacional, o discurso do presidente do Fed, Jerome Powell, no Simpósio Econômico de Jackson Hole no último dia 23, sinalizou uma mudança para uma postura mais dovish - redução de juros e expansão da oferta de moeda.

Powell sugeriu que o Fed está disposto a reduzir as taxas de juros, se alinhando às expectativas do mercado sobre uma série de cortes. Suas declarações indicam que o foco do banco, que antes estava equilibrado entre estabilidade de preços e pleno emprego, está agora mais voltado para o apoio ao mercado de trabalho, apesar de a **inflação** estar próxima da meta de 2% estabelecida pelo Fed. No

discurso, Powell não desafiou as expectativas do mercado sobre múltiplos cortes nas taxas. Para Matheus Spiess, analista da Empiricus Research, o discurso gerou expectativas de cortes nas taxas de juros nos Estados Unidos, o que pode ajudar a valorizar as moedas emergentes.

Em paralelo, o próximo relatório de emprego (Payrol) deve ser observado de perto pelos investidores. O documento sobre o mercado de trabalho dos EUA pode fornecer um direcionamento sobre a futura política monetária e a saúde econômica americana, impactando diretamente o valor do dólar. "Se os dados em relação ao mercado de trabalho vierem pior do que o esperado, o corte poderá ser ainda maior e o dólar perde força", afirma Elson Gusmão, diretor de câmbio da Ourominas.

GEOPOLÍTICA. As tensões geopolíticas, incluindo a guerra na Ucrânia e as relações comerciais entre os EUA e a China, também estão influenciando a valorização do dólar, explica Gusmão. Ele lembra que o câmbio se valoriza em tempos de guerra por ser considerado um dos ativos mais seguros, assim como o ouro. Além disso, a situação no Oriente Médio contribui para a busca por ativos sem riscos, fortalecendo o dólar em meio a incertezas globais.

Já no Brasil, com a taxa Selic já em níveis elevados e especulações sobre uma possível alta, o mercado financeiro continua atraente para investidores internacionais, analisa o sócio-fundador da Essentia Consulting, Acilio Marinello.

"As taxas de juros elevadas podem compensar o custo do risco Brasil. No entanto, apesar da entrada de capital estrangeiro e do recorde de alta no Ibovespa, o dólar em setembro deve permanecer estabilizado entre R\$ 5,40 e R\$ 5,50, não refletindo uma redução esperada", diz.

Marinello diz ainda que o aumento da Selic tende a atrair mais dólares para o mercado local, aumentando a oferta e reduzindo a taxa de câmbio. Contudo, o impacto desse influxo de capital não tem sido evidente recentemente.

"Embora a teoria sugira que o aumento da Selic deveria levar a uma redução do câmbio, isso não tem se materializado nas últimas semanas." Segundo ele,

a conjuntura política e econômica do Brasil, como a velocidade das reformas e as discussões sobre o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), no âmbito da **reforma tributária**, ajudam a influenciar no câmbio. A atual incerteza em relação às reformas tributárias e às questões orçamentárias internas mantém os investidores cautelosos, o que pode contribuir para a manutenção do dólar em níveis elevados.

"Se os dados em relação ao trabalho (nos EUA) vierem pior do que o esperado, o corte poderá ser ainda maior e o dólar perde força" Elson Gusmão Ourominas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Reforma tributária: quem vai pagar menos impostos? (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

Um dos principais desafios na compreensão da **reforma tributária** é explicar que muitos bens e serviços serão desonerados, mesmo que seja aplicada sobre eles uma alíquota maior que as atuais. No final das contas, o que todos querem saber é se vão ou não pagar menos **impostos**.

Essa é também a dúvida das empresas e, nesse caso, o mais difícil é compreender que o imposto agora será zero, na prática, nas suas aquisições de bens e serviços de outros contribuintes (transações B2B).

A estimativa mais recente do Ministério da Fazenda aponta uma alíquota de 28% , que será "a maior do mundo" para esse tipo de tributo. Com uma exceção. Ela será inferior aos 34% que incidem atualmente sobre diversos produtos no Brasil.

Também será menor que os cerca de 40% de carga sobre diversos bens, quando se considera o resíduo tributário que o sistema atual não permite enxergar. Blusinhas e eletrodomésticos, por exemplo, serão desonerados.

Outra questão é a forma como o imposto é cobrado. Na telefonia, ele é parte do preço, o que transforma o ICMS de 25% em 33%. Essa cobrança "por dentro" acaba.

Alguns serviços ao consumidor ficarão mais caros. Outros, mais baratos. Não há mudança na alíquota de empresas do Simples (cabeleireiros, por exemplo). No caso das grandes empresas de tecnologia, a tendência é de aumento, mas isso depende da redução de custos delas com a desoneração de seus fornecedores.

Esse último ponto é fundamental. As empresas vão recuperar os **tributos** sobre contas de energia, gastos com telefonia, combustíveis e contratação de prestadores de serviços.

Nas relações entre empresas, os novos **tributos** não entram na conta. São cobrados por fora. A alíquota do fornecedor não faz diferença. Quem paga 10% recupera 10%. O que interessa é o preço sem imposto, que precisa cair com o fim dos resíduos.

Essa desoneração não significa redução da carga tributária sobre o consumo, mas uma redistribuição do seu peso.

E aí surge o problema que impede uma resposta objetiva sobre pagar mais ou menos **impostos** com essa redistribuição: o sistema atual torna impossível calcular com exatidão esses resíduos .

Esse texto é uma tentativa de explicar os efeitos do fim da cumulatividade, sem utilizar essa palavra, incompreensível para muitas pessoas. Incluindo aquelas que vivem em países em que a tributação do consumo não é disfuncional, como no Brasil.

"Com a bênção de Deus, a **reforma tributária** vai acabar com essas discussões se entra ou não entra na base de cálculo do PIS e Cofins, porque ninguém aguenta mais esse debate."

A frase foi pronunciada pelo presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso, na abertura do julgamento sobre uma dessas discussões nesta semana.

Recentemente, o ministro Dias Toffoli disse que a reforma vai gerar mais judicialização, o que contraria um estudo do Insper que mostra que o novo sistema acaba com questões que representam 95% dos casos em discussão nos tribunais superiores.

A falta de acordo entre governo, Câmara e Senado ameaça deixar para 2025 a votação final da regulamentação da reforma, quando as duas Casas do Parlamento já estarão sob nova administração. Um novo esforço concentrado dos deputados está marcado para a próxima semana. O teste da nova alíquota está marcado para 2026.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/09/reforma-tributaria-quem-vai-pagar-menos->

impostos.shtml

Reforma tributária permite antecipar com desconto imposto na venda de imóveis (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

O segundo projeto de regulamentação da **reforma tributária** vai atualizar as regras relativas ao ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis), tributo de competência dos municípios e do Distrito Federal.

A versão aprovada pela Câmara -e que ainda será analisada pelo Senado- diz que os municípios e o Distrito Federal podem prever hipótese de antecipação do pagamento do imposto, desde que essa seja uma opção para o contribuinte e que haja um desconto.

O comprador do imóvel poderá fazer o recolhimento na assinatura da "escritura pública ou de documento particular com força de escritura pública".

Nesse caso, o município deve oferecer um desconto no imposto em relação ao que será cobrado de quem preferir pagar posteriormente, no momento do registro do cartório de imóveis.

Esse desconto não estava previsto na proposta original dos municípios e foi incluído no texto pela Câmara dos Deputados. Os prefeitos também queriam tornar obrigatória a antecipação do imposto, o que contraria o entendimento dos tribunais superiores.

Gustavo Lanna, sócio e head da área tributária do GVM Advogados e professor da PUC-MG, afirma que é necessário aguardar que os municípios regulamentem o montante de descontos para verificar se vale a pena ou não o pagamento antes do registro do imóvel na matrícula.

"Também é preciso levar em conta que eventualmente o contribuinte pode desistir da compra e venda. Se tiver recolhido o ITBI de forma antecipada, ele vai arcar com essa despesa mesmo que o contrato já tenha sido assinado por ambas as partes, o que é raro, mas não impossível de acontecer."

Segundo Lanna, para não amargar o prejuízo, esse contribuinte precisará pedir a restituição do imposto já recolhido aos cofres municipais.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para

assinantes da Folha

Carregando...

Na apresentação do projeto de regulamentação da reforma, Gilberto Perre, da FNP (Frente Nacional de Prefeitos), afirmou que o ITBI é um imposto que sofre uma judicialização permanente, com discussões sobre qual o fato gerador, qual o momento de incidência e qual a base de cálculo.

A inclusão desse tema na **reforma tributária**, cujo tema principal são os **impostos** sobre o consumo, é uma tentativa dos municípios de aproveitar o projeto para resolver essas controvérsias jurídicas.

A jurisprudência consolidada do STJ (Superior Tribunal de Justiça) determina que a ocorrência do fato gerador se dá no momento do registro imobiliário, sendo inexigível no contrato de promessa de compra e venda.

Além disso, há pronunciamentos do STF (Supremo Tribunal Federal), em algumas ações individuais, sobre a impossibilidade de cobrança no momento de formalização da compra e venda.

"O STF decidiu que o imposto é devido na transferência do registro. A antecipação facultativa não viola esse entendimento, justamente por ser opcional. Para ser atrativa, é preciso que o desconto seja relevante. Trata-se de aferir o valor do dinheiro no tempo", afirma Igor Mauler Santiago, doutor em Direito Tributário e sócio do Mauler Advogados.

O projeto também prevê alteração no nome do tributo. A sigla ITBI passa a significar Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos a Eles Relativo.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2024/09/reforma-tributaria-permite-antecipar-com-desconto-imposto-na-venda-de-imizeis.shtml>

Efeito fiscal de pente-fino em benefícios é incerto (Editorial)

Ao anunciar o detalhamento dos R\$ 25,9 bilhões de cortes que pretende implementar no Orçamento de 2025, o governo deu destaque aos gastos sociais. Do total, a estimativa é que R\$ 6,4 bilhões venham do Benefício de Prestação Continuada (BPC), R\$ 10,5 bilhões de benefícios do **INSS** (incluindo o auxílio-doença) e R\$ 2,3 bilhões do Bolsa Família. Só nessas três rubricas, o governo acredita haver R\$ 19,2 bilhões em pagamentos indevidos.

Ao todo, 5,9% dos gastos do governo em 2023 (ou R\$ 261,6 bilhões) foram destinados a programas como Bolsa Família e BPC. Numa definição mais elástica de gastos sociais que inclui a Previdência, 16,7% do **PIB** - ou quase R\$ 800 bilhões - tem por finalidade a proteção social.

O governo faz bem em dedicar maior atenção a essas despesas. Elas têm exercido enorme poder de atração sobre estelionatários e fraudadores, e não faltam evidências de que existem quadrilhas especializadas em disputar esse dinheiro com quem de fato precisa de ajuda do Estado. Mas é incerto que o combate às fraudes terá o efeito fiscal almejado pelo governo.

A primeira fase de um pente-fino em andamento feito pelo Ministério da **Previdência Social** nos auxílios-doença identificou o pagamento indevido a 45 mil segurados do **INSS**. Havia irregularidades em nada menos que 45% dos benefícios auditados. O desvio de recursos se deve a quem volta a trabalhar e não pede a suspensão do auxílio ou obtém emprego e omite a informação de que o recebe. O objetivo da fiscalização até o fim do ano é averiguar 800 mil pagamentos. O governo espera que, encerrada a auditoria, haja economia de R\$ 3 bilhões.

O caso do pente-fino no BPC, que paga um salário mínimo a idosos ou a deficientes sem condições financeiras, levanta dúvidas sobre essas estimativas. O governo tem pedido a quem recebe o benefício que regularize sua situação no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), criado para identificar aqueles que precisam de apoio do Estado. Para quem não atualizar o cadastro, há risco de suspensão do benefício. A previsão inicial era que a economia com a eliminação de pagamentos indevidos chegaria a R\$ 6 bilhões, mas na semana passada o próprio ministério anunciou que dificilmente atingirá esse valor, pois a entrada de novos beneficiários tem compensado a

suspensão dos benefícios irregulares.

Isso não significa que o pente-fino seja desnecessário. Ao contrário. Onde há muito dinheiro público, proliferam esquemas para tentar desviá-lo. Em 2005, o Ministério Público Federal realizou um cruzamento dos beneficiários do Bolsa Família com a relação dos funcionários da Prefeitura de Teresina, capital do Piauí. Havia mais de 1.100 servidores municipais recebendo indevidamente.

O fato de haver beneficiários de programas sociais fora do CadÚnico já é um sinal de falhas na gestão desses recursos. E espantoso que o cadastro esteja corrompido. O zelo por informações atualizadas sobre os beneficiários e o controle rigoroso deveriam ser a regra em qualquer governo. O pente-fino nos gastos de programas sociais se deve à necessidade de cumprir as metas fiscais. Mas esse pretexto não deveria ser necessário para o governo administrar com austeridade os recursos recolhidos em **impostos**. O combate a desvios precisa ser constante.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Expansão fiscal se combina ao mercado de trabalho aquecido - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sérgio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

A economia brasileira passa por um momento de expansionismo fiscal e aquecimento do mercado de trabalho, com alta expressiva do nível de ocupação e da renda. Esse cenário impulsiona a atividade econômica, levando os analistas a projetar um crescimento do **PIB** no segundo trimestre perto de 1% em relação ao primeiro e de 2,5% ou até mais neste ano [ler mais na página A4]. Essa combinação de impulso das contas públicas, especialmente por meio de transferências de renda, e robustez do mercado de trabalho deverá perder força mais à frente, o que obviamente terá efeito sobre o ritmo da economia. Reduzir incertezas, para ter uma cotação mais baixa do dólar e retomar a ancoragem das expectativas de **inflação**, é fundamental para que a política monetária não jogue com força contra a atividade, num momento em que o estímulo fiscal deverá perder o ímpeto e o emprego e a renda terão menor dinamismo.

O economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero, tem chamado a atenção para esse quadro de "enorme expansionismo fiscal" combinado a "um mercado de trabalho aquecido e de rápida recomposição das perdas salariais", resultando num "tsunami de rendas das famílias na economia". Com base nos números mais recentes do Tesouro, Montero observa que o gasto primário do governo central, que não inclui despesas com juros, cresceu 14,9% nos 12 meses encerrados em junho na comparação com os 12 meses anteriores, já descontada a **inflação**.

É um ritmo poucas vezes alcançado na série iniciada em 1997, como na pandemia da covid, nota ele.

No caso dos rendimentos, Montero destaca o comportamento da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias, um agregado calculado pelo Banco Central (BC). Em sua versão restrita, o indicador reúne rendimentos do trabalho, benefícios previdenciários e transferências de programas sociais, excluindo recursos de aluguéis e aplicações financeiras, além de descontar gastos com **impostos**.

Montero faz uma desagregação da renda do trabalho e das transferências e benefícios fiscais (como programas sociais e aposentadorias). A massa de rendimentos do trabalho está em nível recorde, incluindo aí os funcionários públicos da ativa, que entram nas estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Já os benefícios previdenciários e transferências de programas sociais retomam o pico atingido na pandemia, diz ele.

Montero observa que, nos 12 meses até julho, o conjunto da renda disponível das famílias, no conceito restrito, sobe 183% acima da **inflação** em comparação com 2019, o ano anterior à pandemia. Desagregando os números, os rendimentos do trabalho avançaram 11% nesse período, enquanto as transferências e benefícios cresceram 313%, nos dois casos também descontada a **inflação**, calcula ele. São números que explicam a força da renda e do consumo, resume Montero.

"A conjuntura se diferencia não tanto pelo fiscal expansionista ou pelo mercado de trabalho forte, quanto pelo fato de ocorrerem em paralelo", afirma ele, em relatório. "O desemprego em mínimos históricos vem juntamente a um dos piores déficits primários fora da pandemia." Na sexta-feira, foram divulgados os números do mercado de trabalho dos três meses até julho e o resultado fiscal do setor público consolidado de julho. A taxa de desemprego no trimestre até julho ficou em 6,8%, a menor para o período desde o começo da série, em 2012. Já o déficit primário nos 12 meses até julho ficou em 2,29% do **PIB**, ou R\$ 257,7 bilhões, no caso do setor público consolidado, que engloba União, Estados, municípios e empresas estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras. No caso do governo federal, o rombo é ainda maior-2,42% do **PIB**, ou R\$ 271,7 bilhões.

Dado o tamanho do impulso fiscal e da força do mercado de trabalho, há uma força que segura um crescimento ainda mais forte, na visão de Montero. Para ele, é a combinação da política monetária, com juros elevados, e das condições financeiras (o conjunto formado por indicadores como câmbio, juros futuros, bolsa de valores e risco país). "O empurrão de rendas hoje dá enorme impulso que os juros suavizam, mas amanhã precisaremos de espaço para cortar a taxa de juros]. Até lá, é imperativo que

expectativas fiscais e monetárias não dinamitem o cenário para taxas mais baixas", diz Montero.

Nos próximos meses, o expansionismo fiscal deverá diminuir- o consenso de mercado aponta para um déficit primário de 0,65% do **PIB** no acumulado de 2024, e hoje o rombo roda na casa de 2,3% a 2,4%do **PIB** em 12 meses. Além disso, o mercado de trabalho em algum momento deverá perder fôlego. Desse modo, é fundamental preservar o terreno para juros menores, segundo ele.

"O pior dos mundos é um ajuste parcial e pouco crível que combine o contracionismo fiscal com a desancoragem monetária", adverte Montero.

Hoje, a discussão é se o Banco Central (BC) vai aumentar os j uros, que já estão elevados. O dólar cai"0 e as expectativas de **inflação** desanco radas, com dúvidas sobre o quadro fiscal, apontam paia altas da Selic neste ano. Reduzir as incertezas sobre as contas públicas e sobre a atuação do BC a partir de 2025, com a mudança no comando da instituição, seria importante para evitar um novo aperto monetário, ou no mínimo para impedir que ele seja forte e prolongado. Como o resultado das contas públicas deverá ser menos expansionista nos próximos meses e o mercado de trabalho tende a perder gás, a economia poderá sofrer uma desaceleração mais acentuada num ambiente de juros mais altos.

O governo ainda pode agir para que esse quadro não se materialize. No entanto, a falta de disposição pai a enfrentar estruturalmente o ajuste fiscal pelo lado das despesas, o que seria essencial para reverter expectativas negativas, indica que isso não deverá ocorrer.

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1§ion=1)

Investimentos ganham força no país, e anúncios crescem 24%

Anaís Fernandes De São Paulo

Os anúncios de investimentos no país estão no maior patamar desde 2020, mostra levantamento do Bradesco. Monitoramento do banco mostra que foram 362 anúncios de janeiro a julho, 23,6% mais que no mesmo período de 2023. É também o maior número desde o mesmo período de 2020 (397 anúncios).

"Temos percebido quase mês a mês esse crescimento e a gente entende que é algo mais generalizado", diz Priscila Pacheco, economista do Bradesco.

O banco acompanha anúncios em setores como indústria, agroindústria, serviços e comércio rastreáveis na internet, em jornais e mídias em geral, de empresas e governos. "Investimento, para nós, é o que aumenta a capacidade produtiva do Brasil. Pode ser, por exemplo, abertura de lojas e fábricas; construção de prédios residenciais, industriais, comerciais e de galpões logísticos; aquisição de equipamentos e frotas de veículos.

Não entram, por exemplo, aquisições de empresas e compras de participações", explica Pacheco.

O Bradesco não mede o valor dos investimentos porque eles podem ser diluídos ao longo de vários anos. Além disso, empresas de capital aberto anunciam os valores em seus planos de investimentos, mas nem sempre essa informação está disponível para outros negócios.

"Conseguimos captar um momento de melhora de compra de máquinas, de investimentos em infraestrutura e em vários segmentos de indústria, varejo e serviços", diz Pacheco.

O avanço dos anúncios de investimentos está espalhado pelos setores, mas há uma tendência de crescimento maior na indústria.

No setor, os anúncios de investimentos nos sete primeiros meses de 2024 subiram 76,8% em relação a igual período de 2023. Em 12 meses, os anúncios também aceleraram.

Historicamente, porém, são os serviços e o comércio que, juntos, dominam os anúncios.

"Alguns segmentos tiveram "boom" no passado. Um exemplo clássico são os shoppings. Teve momento em que uma vez por semana tinha informação nova.

Um shopping abria e todas as franquias divulgavam também anúncios, então, tinha uma combinação muito favorável. Isso não é mais verdade, porque já é um mercado mais estabelecido e maduro, mas, mesmo assim, vemos anúncios em comércio crescendo", afirma Pacheco.

Os serviços representam mais de 60% do PIB e são um segmento pulverizado, por isso, costumam englobar o maior número de anúncios, segundo a economista.

"A novidade, de pouco antes do ano passado para cá, é o setor de saneamento. Temos visto um avanço, provavelmente, por causa da nova lei, da necessidade de universalização dos serviços", afirma.

Há uns dois meses, observa, começaram a surgir anúncios mesmo em setores que não apareciam com frequência no levantamento, como a indústria de embalagens.

Reportagem do Valor mostrou que a produção de embalagens no segundo trimestre de 2024 atingiu o maior patamar desde o primeiro trimestre de 2021. "Reforça esse cenário mais positivo para investimento", afirma Pacheco.

Segundo ela, além de novos investimentos, há um movimento de modernização em curso. "Percebemos troca de maquinário, automação. Um exemplo claro é a indústria automotiva", diz.

O maior "apetite" por anúncios de investimentos tem a ver com a confiança do empresariado de que há demanda, já que a economia está aquecida, diz Pacheco.

"A demanda está vindo, e as empresas têm de se preparar para isso, para serem mais eficazes, até porque a mão de obra é um fator escasso hoje", afirma.

Parte desse "apetite", diz, pode ter vindo também da expectativa mais favorável para os juros que existia no mercado - e que deixou de ser precificada. "A

possibilidade de discussão sobre subida de juros, talvez, possa retardar um pouco esse apetite, ainda que de forma temporária", reconhece Pacheco. Mas a economista pondera também que parte dos projetos anunciados já começou e não será interrompida.

Segundo Myriã Bast, superintendente de pesquisas econômicas do Bradesco, os modelos indicam que, historicamente, além do juro, a confiança dos empresários também ajuda a explicar movimentos dos investimentos.

"Curiosamente, a gente vê uma melhora dos investimentos nos dados efetivos do **PIB** muito explicada por confiança, nem tanto por juro. E os indicadores de confiança, tanto da nossa pesquisa empresarial quanto da FGV e CNI, não apresentaram uma mudança significativa, por mais que a gente tenha passado a ter essa discussão de, pelo menos, não ver cortes de juros num horizonte bem longo.

Então, talvez, a gente ainda tenha, sim, um período de investimentos um pouco mais resistentes nesses próximos meses", afirma.

Bast nota que o **PIB** brasileiro tem se recuperado mais via demanda doméstica do que pela produção.

"A produção tem de se encontrar um pouco com o nível de consumo, que vimos crescer nesses últimos anos. Houve certo descasamento e, agora, vemos os investimentos aumentando também." Os anúncios de investimentos não têm uma correlação direta com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no **PIB**, diz Pacheco, mas ajudam a captar o "apetite por investimento".

"Se você tem mais apetite hoje, se anuncia investimento lá na frente, provavelmente, está fazendo alguma coisa agora.

Mas uma coisa é coleta de informação, outra é o efetivo", afirma.

Ainda assim, Pacheco observa que mesmo a FBCF tem apresentado recuperação. Nos dados recentes de **PIB**, nota Bast, há um aumento de compra de maquinários e das importações. "Tem alguns sinais de tentativa de recompor produção", afirma.

Nelson Rocha Augusto, presidente e economista-chefe do banco BRP, afirma que "todo mundo sabe que investimento não gosta de incerteza". No sentido de redução dessas dúvidas, diz, houve não só a consolidação de um nível de atividade mais robusto, mas as empresas também começaram a entender melhor o funcionamento do governo atual.

"Claro que a condução da política econômica é dinâmica e pode mudar um pouco para lá, um pouco para cá, mas estamos chegando perto do meio da gestão. As grandes decisões de investimentos, e até as pequenas, já sabem qual é o comportamento do governo", diz.

"A galera foi tirando os projetos da gaveta e colocando em marcha." Além disso, ainda que haja uma discussão sobre elevação dos juros no Brasil, o ambiente internacional é de afrouxamento monetário, observa Rocha. Isso é importante tanto porque o Brasil toma dinheiro emprestado lá fora quanto porque o país emergente está na disputa pela entrada de recursos estrangeiros. "Temos diferenciais positivos. Estamos crescendo mais do que o esperado, as instituições seguem funcionando, o equilíbrio macroeconômico conjuntural é bom - ainda que o fiscal seja nosso "calcanhar de Aquiles" no longo prazo", afirma.

Além de investimentos em saneamento e na indústria automobilística, Rocha destaca iniciativas na construção, no setor de óleo e gás e no sucroenergético, principalmente por causa do etanol de milho. O BRP projeta crescimento de 5,1% para a FBCF do Brasil em 2024, após queda de 3% em 2023, e alta de 6% em 2025. "Acho que o Brasil vai entregar FBCF crescente.

É uma maravilha? Não, o Brasil tem deficiência de oferta, sempre investiu pouco e vem de uma base muito baixa", pondera Rocha.

A taxa de investimento do Brasil em relação ao **PIB** encerrou 2023 ao redor de 16% e até pode chegar a 17% neste ano, mas ainda estaria de 6% a 10% abaixo dos seus pares, segundo Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B Consultoria. "Indica que algo não está funcionando bem, porque o Brasil tem um mercado em crescimento, com certo dinamismo, e tem excesso de demanda por investimento", diz.

Parte dessa baixa taxa de investimento, aponta, tem a ver com a taxa de poupança brasileira, que também é pequena. "O espaço para investimento público e privado é limitado", afirma.

Mas a taxa de investimento é baixa no Brasil também porque, na avaliação de Frischtak, a incerteza ainda é muito elevada. Ele se refere não apenas à volatilidade gerada por incertezas macroeconômicas - como a fiscal, que afeta a política monetária e bate no custo de capital das empresas. "Isso já é conhecido, às vezes melhora, às vezes piora, às vezes tem ruído que vem do governo, às vezes nem vem do governo. Historicamente, afeta nosso investimento.

Mas, em certa medida, até mais importante é a

incerteza associada à microeconomia, à elevada insegurança jurídica e à imprevisibilidade regulatória", afirma.

Recentemente, por exemplo, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energias) e o próprio presidente Lula criticaram a atuação, respectivamente, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Isso gera imprevisibilidade regulatória", diz Frischtak.

Iniciativas do governo atual para impulsionar os investimentos como a depreciação superacelerada - que permite à indústria deduzir de alguns **impostos** investimentos em máquinas e equipamentos - até podem surtir efeito no curto prazo, segundo Frischtak.

"A literatura mostra que esse tipo de incentivo gera um impulso inicial relevante nos primeiros dois a três anos, mas, depois, ele perde dinamismo e, talvez, no médio prazo, fique "elas por elas", afirma.

"Empresas têm de ser eficazes; mão de obra é fator escasso hoje" Priscila Pacheco

"Espaço para investimento público e privado é limitado" Cláudio Frischtak

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1§ion=1)**

É impossível Congresso aprovar aumento de tributos, diz Lira

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, disse a uma platéia de investidores que o Congresso tem dificuldade hoje de aprovar aumento de **impostos**, e afirmou ser "quase impossível" passar o projeto de lei encaminhado pelo governo que eleva **tributos** sobre o lucro das empresas e proventos a acionistas*

O projeto foi enviado ao Congresso em regime de urgência constitucional para acelerar a sua tramitação* O regime de urgência prevê deliberação sobre o tema em até 45 dias -caso contrário, a pauta da Casa ficará travada* O governo quer uma arrecadação adicional de R\$ 32,56 bilhões entre 2025 e 2027 com a medida* Só no ano que vem, o incremento seria de R\$21,03 bilhões* As receitas ajudarão a fechar as contas do Orçamento de 2025 dentro da meta fiscal, que é de déficit zero "Não acho que esse debate de se enviar um projeto com urgência constitucional, sem discussão prévia, possa ter liga no Congresso Nacional* Portanto, discussão de JCP e CSLL para aumento de arrecadação, para cumprir a meta, é improvável que seja aprovada, é quase impossível que seja aprovada" afirmou Lira durante o evento Expert XP, em São Paulo* "Qualquer aumento de imposto hoje no

Congresso Nacional tem muita resistência em ser aprovado" completou*

Neste mesmo evento, na véspera, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), voltou a dizer que o governo tem conseguido organizar as contas públicas sem aumento de **impostos***

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/mini?e=20240902>

Projeto eleva tributo sobre o lucro

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que eleva **tributos** sobre o lucro das empresas para obter uma arrecadação adicional de R\$ 32,56 bilhões entre 2025 e 2027.

Só no ano que vem, o governo conta com um incremento de R\$ 21,03 bilhões. As receitas ajudarão a fechar as contas do Orçamento de 2025 dentro da meta fiscal, que é de déficit zero.

O projeto aumenta as alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 1º de janeiro a 31 dezembro de 2025 para as empresas em geral, bancos e seguradoras.

As instituições financeiras terão um aumento maior. Pelo projeto, a alíquota dos bancos CSLL subirá dois pontos percentuais, de 20% para 22%. As demais empresas terão a alíquota majorada em um ponto percentual, de 9% para 10%. A cobrança sobre as empresas de seguros privados e capitalização subirá de 15% para 16%.

Técnicos do governo afirmaram à Folha de S.Paulo que a alíquota dos bancos subirá mais porque seria desproporcional aumentar a tributação das instituições financeiras em só um ponto porcentual em relação ao resto das empresas.

O projeto também aumenta para 20% a alíquota do Juros sobre Capital Próprio (JCP).

O JCP é uma forma alternativa de uma empresa remunerar seus acionistas recolhendo menos **tributos**. Os valores distribuídos hoje pagam uma alíquota de 15% de Imposto de Renda.

O aumento da CSLL e do imposto sobre o JCP para fechar as contas do Orçamento de 2025 foi antecipado pela Folha de S.Paulo e confirmado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Embora o aumento da CSLL seja temporário, o projeto não impõe prazo de vigência para o aumento da cobrança sobre o JCP, o que garante receita extra ao governo pelo menos até 2027.

Pelas projeções do governo encaminhadas junto com o texto, a alteração das alíquotas da CSLL garante um aumento de receita tributária de R\$ 14,93 bilhões em 2025 e de R\$ 1,35 bilhão em 2026.

Já a alteração do JCP trará um incremento de R\$ 6,01 bilhões em 2025, R\$ 4,99 bilhões em 2026, e R\$ 5,28 bilhões em 2027.

Urgência - O projeto foi encaminhado em regime de urgência constitucional para acelerar a sua tramitação. O regime de urgência prevê deliberação sobre o tema em até 45 dias - caso contrário, a pauta da Casa ficará travada.

O governo já fez uma investida para tentar elevar o imposto sobre o JCP no projeto que ratificou a desoneração da folha de pagamentos para empresas de 17 setores e municípios neste ano, mas acabou sofrendo um revés. A proposta caiu na hora da votação.

A equipe econômica também tentou emplacar o aumento de um ponto percentual na alíquota da CSLL, com queda gradual, mas a medida foi descartada pelo relator do projeto líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). (Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes/ Folhapress) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Com alta de juros, qual é a melhor opção para investir?

JÚLIA LEWGOY *economia@oglobo.com.br*

Nas últimas semanas, aumentaram as apostas de que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevará os juros na próxima reunião, nos dias 17 e 18 deste mês. Nesse cenário, os investimentos de renda fixa ganham atratividade, mas a Bolsa não necessariamente perde, como seria de se esperar. Analistas se dividem entre otimismo e cautela.

A Selic está estável em 10,5% ao ano desde junho, após sete cortes consecutivos, iniciados em agosto de 2023. A atividade econômica e a alta do dólar puxaram as estimativas para a **inflação**, o que respalda a crescente expectativa no mercado de que o BC terá de subir a Selic este mês.

A comunicação de diretores do BC deu força a essa percepção, principalmente a de Gabriel Galípolo, indicado esta semana pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o comando da autoridade monetária a partir de 2025. Ao sinalizar que pode ser favorável a uma alta de juros, tão criticada por Lula, Galípolo busca conquistar a credibilidade do mercado, mostrando que fará o necessário para manter a **inflação** sob controle.

NOS DOIS DÍGITOS

Corretoras e gestoras, como ASA, BTG Pactual, Itaú, Legacy e XP, esperam alta da Selic. Já instituições financeiras como Barclays, JP-Morgan e Morgan Stanley reafirmaram recentemente a projeção de que a Selic permaneça em 10,5%.

Esses bancos avaliam haver expectativa de desaceleração da atividade econômica e ressaltam que o dólar recuou desde o pico intradiário de R\$ 5,86, ainda que continue em patamar elevado -fechou na sexta-feira a R\$ 5,63, apesar da intervenção do BC -o que reduz a pressão para a **inflação** e, conseqüentemente, para a Selic. Também se espera que os Estados Unidos comecem em breve a cortar sua taxa de juros, dando alívio aos mercados emergentes.

Suba ou fique estável, a Selic deve continuar na casa dos dois dígitos. Nesse cenário, é consenso que os investimentos de renda fixa ficam mais atraentes.

Se os juros subirem, os papéis do Tesouro Direto que acompanham a Selic (Tesouro Selic) renderão mais automaticamente, assim como os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e as Letras de Crédito Agrícola e Imobiliário (LCAs e LCIs) indexados ao CDI -que segue de perto a Selic. Esses papéis, porém, são mais recomendados para uma reserva de emergência.

Outros papéis de renda fixa são aconselhados aos investidores que conseguem deixar a aplicação por mais tempo, como os do Tesouro Direto que acompanham a **inflação** (Tesouro IPCA) e os prefixados (Tesouro Prefixado). O Tesouro IPCA está oferecendo juros na casa dos 6% ao ano mais a **inflação** no período, ou seja, preserva o poder de compra do investidor. Já o Tesouro Prefixado está pagando juros na casa dos 12% ao ano.

Há alguns meses, esses juros estavam maiores: só recuaram um pouco depois que o mercado passou a confiar que o BC fará o possível para manter a **inflação** sob controle. No jargão do mercado financeiro, isso é chamado de diminuição do prêmio de risco, ou seja, o risco de investir no Brasil caiu, por isso o juro oferecido recuou também. Contudo, ainda é uma boa remuneração para as pessoas físicas.

- Ainda enxergamos prêmio nos papéis que acompanham a **inflação** e nos prefixados para a pessoa física, mesmo que as taxas tenham recuado um pouco depois que o Banco Central conquistou credibilidade de novo -afirma Fábio Guarda, sócio e gestor da Galapagos Capital. - Gosto mais dos papéis prefixados porque, com uma postura mais dura, o Banco Central conseguirá fazer com que a **inflação** possa ceder, e o ganho com esses papéis será maior.

EXPECTATIVA COM RALI

André Leite, chefe de investimentos da TAG Investimentos, acha que, como o cenário mais provável é de juro alto por um bom tempo, a renda fixa está bastante atraente, e os títulos prefixados e os papéis que acompanham a **inflação** estão entre os melhores investimentos.

- Historicamente, uma proteção de patrimônio de IPCA mais 6% é bastante atraente. Os papéis prefixados estão com prêmios interessantes, mas aconselho os

mais curtos (com vencimento menor).

Para evitar perdas, o investidor só deve fazer o resgate no vencimento dos títulos prefixados e de **inflação**, porque os preços desses papéis oscilam muito conforme as expectativas de juros do mercado.

Com relação ao crédito privado (papéis emitidos por companhias, como CRAs, CRIs e debêntures), analistas recomendam cautela. Os juros oferecidos nesses papéis recuaram porque a demanda aumentou, e, se a Selic subir, cresce a chance de o investidor levar um calote, já que, com juros maiores, as empresas passam a ter compromissos financeiros mais caros.

No caso da Bolsa, o mais óbvio seria pensar que a renda variável perderia atratividade agora, como acontece quando há expectativa de alta dos juros. Contudo, alguns especialistas indicam aumentar aos poucos a fatia de ações na carteira, porque esperam que o Ibovespa estenda o rali de recordes com o fluxo dos estrangeiros para o Brasil, em busca de maior remuneração após a queda dos juros americanos. Outros aconselham esperar, porque esse rali pode não durar.

A XP defende elevar a fatia de renda variável, mesmo esperando alta de juros este mês.

-O mercado prefere que o Banco Central dê um remédio amargo agora para a **inflação** e pensa que esse processo será rápido, para depois no futuro o juro poder ser menor - diz Rodrigo Sgavioli, chefe de alocação da XP. -O primeiro pensamento é aumentar apenas os investimentos de renda fixa agora, mas achamos que é melhor ter cautela com essa ideia, porque a subida da Selic será rápida, e, se a Bolsa andar, o investidor pode perder a oportunidade de ganhar.

ELEIÇÕES NOS EUA

Para Sgavioli, a Bolsa pode subir com a redução dos ruídos políticos com Galípolo à frente do BC e o corte de juros nos EUA. Ele indica ficar longe de empresas cíclicas, que dependem dos juros mais baixos, e focar nas boas distribuidoras de dividendos.

Já Filipe Santa Fé, chefe de multimercados do ASA, está mais cauteloso: - Não tenho certeza de que o fluxo migrará para a Bolsa agora. Acho que a eleição nos Estados Unidos é um risco para o segundo semestre. Caso Donald Trump vença e faça o que está dizendo que fará, poderemos ver um impacto na **inflação** relevante, que vai atrapalhar a busca por investimentos de risco.

Ele avalia que, em um ciclo de alta de juros, a Bolsa não é o melhor investimento: -Acho que a Bolsa faz sentido só se você partir da premissa de que o Banco Central faz política econômica de acordo com o livro-texto e que o governo não se mete.

"Ainda enxergamos prêmio nos papéis que acompanham a **inflação** e nos prefixados para a pessoa física,, Fábio Guarda, sócio e gestor da Galapagos Capital

"A subida da Selic será rápida, e, se a Bolsa andar, o investidor pode perder a oportunidade de ganhar"
Rodrigo Sgavioli, chefe de alocação da XP

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB pode trazer nova surpresa positiva no 2º tri, estimam economistas

Anaís Fernandes e Marta Watanabe De São Paulo

O impacto das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a atividade assustou, a princípio, economistas e ameaçou o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil no segundo trimestre. Com a recuperação local, ao menos inicial, além do esperado e a sustentação da economia nacional aquecida, no entanto, analistas apostam, agora, que o avanço do **PIB** no segundo trimestre pode ser até um pouco maior do que no primeiro, que já havia surpreendido.

Pesquisa do Valor com 80 instituições financeiras e consultorias mostra que é esperada alta mediana de 0,9% para o **PIB** no segundo trimestre, ante o primeiro, quando subiu 0,8%. O intervalo das projeções é grande, variando de 0,4% a 1,5%. Em relação ao segundo trimestre de 2023, a mediana de 74 casas aponta alta de 2,6%, vindo de 2,5% de janeiro a março.

Os dados oficiais serão divulgados amanhã às 9h pelo IBGE.

Para 2024, a estimativa mediana é que o **PIB** cresça 2,5%, pouco mais do que os 2,4% indicados na última pesquisa Focus, do Banco Central (BC) com agentes de mercado.

"Representa a ideia de que estamos com uma economia mostrando um perfil de atividade que não está desacelerando como era esperado", afirma Felipe Sichel, economista- chefe da Porto Asset, ao projetar alta de 1,1% para o **PIB** no segundo trimestre, ante o primeiro.

"É bem verdade que o BC vinha cortando os juros desde meados do ano passado e isso, de alguma forma, tem de bater na atividade.

Mas, quando a gente considera o que o BC e outras pesquisas indicam que seria o juro neutro [aquele que não acelera nem contrai a economia] e combina com as expectativas de **inflação**, a taxa Selic deveria continuar restritiva. Mas, observando os dados de atividade, essa restrição não se mostra", diz.

Isso é corroborado, segundo Sichel, por outros indicadores, como o índice de atividade do BC, o IBC-Br, que subiu 1,1% no segundo trimestre, em relação

ao primeiro.

Ao mesmo tempo, as pesquisas do IBGE mostraram alta para a indústria e os serviços de 0,7% cada no segundo trimestre, enquanto o varejo ampliado avançou 0,3%. "Todos os indicadores de mercado de trabalho estão com performance razoavelmente robusta. Você olha para os dados de crédito na ponta e não há muito motivo de preocupação também", acrescenta Sichel.

Para Alexandre de Ázara, economista- chefe do UBS BB, é possível ainda que a redução de oferta no Rio Grande do Sul, por causa das chuvas em maio, tenha gerado crescimento de outras regiões, para atender à demanda da população gaúcha. "O resto do Brasil pode ter crescido mais do que se imaginava.

Mesmo com o desastre das chuvas, houve surpresa no crescimento do **PIB** agregado no segundo trimestre", afirma Ázara, que projeta um avanço de 1,3%.

Do lado da oferta, a expectativa mediana é que a indústria passe de queda de 0,1% no primeiro trimestre para alta de 0,7% no segundo.

"A indústria não performou tão bem no primeiro trimestre nem muito no ano passado. Esse segundo trimestre é de uma indústria um pouquinho melhor, via, principalmente, a extrativa", diz Laiz Carvalho, economista do BNP Paribas, citando como exemplo o petróleo.

A construção, acrescenta Carvalho, também pode dar uma contribuição positiva para a indústria, "mas nem tanto quanto já foi", diz.

De maneira geral, o **PIB** do segundo trimestre, pela ótica da oferta, deve ser puxado mesmo pelos serviços. A mediana do levantamento do Valor indica crescimento de 0,8%, na comparação com os três meses imediatamente anteriores. Ainda que seja uma desaceleração em relação à alta de 1,4% do primeiro trimestre, economistas consideram o número forte.

"Os serviços continuam a ser um grande propulsor", diz Carvalho, que projeta alta de 0,9% para o **PIB** do segundo trimestre, ante o primeiro, e de 2,2% para 2024, mas aponta que a estimativa anual tem viés de

alta e pode ser revisada para cima em breve.

Mais cautelosa, a 4intelligence espera altas de 0,5% para os serviços no segundo trimestre, de 0,4% para o **PIB** no mesmo período e de 2,1% para a atividade no ano.

"Acho que boa parte das projeções ainda não está contemplando a questão do Rio Grande do Sul. A gente olha as pesquisas de alta frequência do IBGE e parece que elas não captaram direito o efeito das enchentes.

Até por isso o IBC-Br acabou sendo super forte no trimestre, mas a gente sabe que, muitas vezes, o **PIB** mostra um quadro diferente, até pela abrangência dos dados", diz Bruno Lavieri, economista-chefe da 4i.

Segundo ele, houve problemas, por exemplo, com a ponderação das pesquisas mensais do IBGE para o Estado. "Na pesquisa de serviços, quando abriram as praças de pedágio, consideraram um volume de tráfego passando a preço zero. Isso trouxe uma distorção grande para o indicador, o que dificulta entender o que aconteceu por lá, a magnitude do impacto econômico", afirma.

A premissa de um efeito mais forte das enchentes sobre a atividade foi espalhada pelos setores nas projeções da 4i, mas Lavieri reconhece que os serviços tendem a ser os mais afetados no curto prazo.

"Aquilo que se deixou de consumir de serviços em determinado período não se consome duas vezes no momento seguinte. Na indústria, em alguma medida, você consegue abrir um segundo ou terceiro turno e repor a produção que não teve no período anterior." Entre os fatores da oferta, o único que deve registrar queda no segundo trimestre, de 2% pela expectativa mediana, é a agropecuária, que costuma concentrar a maior parte da sua produção no primeiro trimestre.

Para Diego Martins Silva, gerente de análise macroeconômica da Petros, que projeta alta de 0,9% para o **PIB** no segundo trimestre, ante o primeiro, o setor agropecuário terá pouca influência no resultado.

"Estimamos crescimento de 0,9% do **PIB** agropecuária no segundo trimestre, após alta de 0,6% do período anterior", afirma.

Ele chama a atenção para a resiliência de "setores cíclicos" no segundo trimestre, simbolizada pelo crescimento relevante, nas suas estimativas, da indústria de transformação, de 1,8%, e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida para os investimentos no **PIB**), de 1,6%, ambos na

comparação ao primeiro trimestre.

A FBCF e o consumo das famílias devem seguir puxando a atividade pelo lado da demanda, ainda que desacelerando, com altas medianas de 2,5% e 0,9% no segundo trimestre, pela ordem, vindo de 4,1% e 1,5% no primeiro trimestre, respectivamente.

"Houve mais demanda do que se imaginava no segundo trimestre e isso deve catapultar o ano inteiro", diz Ázara, que projeta alta de 2,8% para o **PIB** em 2024.

O grande destaque na demanda, dizem economistas, é o consumo das famílias. "Essa é a história que tivemos no ano passado, no primeiro trimestre deste ano e que continua", afirma Carvalho.

"Estamos com um mercado de trabalho superaquecido, a taxa de desemprego está nos menores níveis históricos. As pessoas estão mais empregadas e com salários maiores. Também temos mais benefícios sendo pagos, seja pelo aumento do Bolsa Família, seja por outros benefícios previdenciários.

Então, a renda disponível está maior, e a demanda das famílias, mais alta", diz Carvalho.

Martins, da Petros, é mais cauteloso em relação ao crescimento do consumo das famílias no segundo trimestre. Apesar de reconhecer o "importante crescimento da renda no período", ele espera um resultado próximo à estabilidade - leve alta de 0,2% frente ao primeiro trimestre -, por causa da já elevada base de comparação deixada pelo primeiro trimestre.

No caso da FBCF, Carvalho, do BNP Paribas, destaca a recuperação dos investimentos com uso do crédito. "Vemos recuperação, mas ainda é um nível abaixo do que a gente costuma ter", pondera.

Por fim, o setor externo deve oferecer mais uma contribuição líquida negativa ao **PIB**, já que a expectativa mediana é que as exportações cresçam 2% no segundo trimestre, ante o primeiro, e as importações subam 7,5%.

Olhando à frente, Ázara, do UBS BB, pondera que seu número forte para o **PIB** do segundo trimestre não significa que a atividade continuará nesse processo. Ele diz esperar desaceleração do **PIB** para uma alta de 0,4% no terceiro trimestre e contração no quarto, em meio ao impacto da interrupção no ciclo de queda de juros, ao mesmo tempo em que ficam mais para trás os efeitos do impulso fiscal e das transferências.

"Acreditamos que o bom momento da atividade

econômica se deve a efeitos defasados de impulsos fiscais do início do ano, somados à robustez do mercado de trabalho. Com a dissipação dos choques do primeiro trimestre, esperamos uma desaceleração do ritmo de crescimento no segundo semestre, terminando o ano com crescimento do **PIB** de 2,6%", afirma Martins.

Sichel, da Porto Asset, ainda espera alta de 0,9% para o **PIB** do terceiro trimestre, ante o segundo, e diz que os riscos são no sentido de que sua projeção de 2,5% para o **PIB** do ano seja marginalmente maior. "Para o quarto trimestre, deveria começar a normalizar um pouco e ter uma desaceleração um pouco maior. Mas, se eu tivesse de colocar um viés para essa projeção, também seria de um quarto trimestre mais forte", afirma.

"Destaque positivo foi a resiliência de setores cíclicos"
Diego Martins

"Boa parte das projeções não está contemplando a questão do RS" Bruno Lavieri

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973?page=1§ion=1)**

Ação do BC no câmbio provoca ruído no mercado

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

Foi com um toque de estranheza e alguma desconfiança que participantes do mercado leram tanto as intervenções do Banco Central (BC) no câmbio quanto os sinais emitidos na condução da política monetária entre a noite de quinta-feira e o início da tarde de sexta-feira.

Os reflexos foram imediatos e significativos nos preços dos ativos, com um aumento relevante de prêmios de risco. Embora o real tenha se comportado bem, os juros de longo prazo dispararam e as expectativas de **inflação** de mercado subiram com força.

Na sequência de fatos que estressaram os mercados nos últimos dias, o pontapé inicial veio com a venda de US\$ 1,5 bilhão no mercado à vista, anunciada na noite de quinta-feira, o primeiro leilão de dólar "spot" desde abril de 2022. A intervenção foi feita para combater um possível fluxo expressivo de saída de dólares diante do processo de rebalanceamento do EWZ (MSCI Brazil), que passou a contemplar ações de empresas listadas em Nova York, o que geraria uma saída de mais de US\$ 1 bilhão na sexta-feira.

Embora boa parte dos agentes de mercado tenha visto a ação como natural, houve certo incômodo entre alguns investidores de peso.

Houve quem notasse que, mesmo em ocasiões anteriores, fluxos pontuais de saída não costumavam ser combatidos com intervenções, mesmo com o BC na gestão atual. Foi o que indicaram, em revisão de cenário, os economistas Cassiana Fernandez e Vinicius Moreira, do J.P.

Morgan, ao passarem a projetar que a Selic terá quatro altas de 0,25 ponto percentual pela frente e chegará a 11,5% no início de 2025.

"Embora [a intervenção] seja uma ação justificada por saídas pontuais, o BC resistiu a intervir no passado e o fato de seus membros estarem mais confortáveis em fazê-lo agora em meio a uma guinada "hawkish" [dura] no discurso é outra dica para altas futuras [na Selic]", afirmam os economistas.

No fim da manhã de sexta-feira, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi contundente ao passar uma

mensagem, em evento da XP, de que havia exageros na parte curta da curva de juros. Nos últimos dias, diante da escalada do dólar, dados de atividade mais fortes e retorno dos riscos fiscais à pauta, o mercado havia migrado com força para a aposta de uma alta de 0,5 ponto percentual na Selic já em setembro, com um juro entre 11,75% e 12% no fim do ano.

Diante da avaliação do presidente do BC, no entanto, o mercado passou a interpretar que a chance de uma alta mais agressiva da Selic no próximo mês era mínima.

E, pouco tempo depois, a ação que mais gerou estranheza entre os investidores foi a segunda intervenção do BC no câmbio, dessa vez um leilão extraordinário de 30 mil contratos de swap cambial, o equivalente a mais US\$ 1,5 bilhão, pouco tempo antes da formação "final" da Ptax de fim de mês. Nesse sentido, participantes do mercado estranharam o fato de o BC não ter aproveitado outras "janelas" da Ptax formadas durante o dia e ter atuado somente com apenas mais um horário pela frente para a formação dos preços no câmbio.

Dos 30 mil contratos de swap cambial ofertados, apenas 15,3 mil foram vendidos, em uma atuação que foi considerada "atabalhoada" por importantes participantes do mercado, que conversaram com o Valor em condição de anonimato.

O leilão, automaticamente, provocou certo mal-estar entre os investidores e fez com que a ponta longa da curva dos juros futuros disparasse, em um processo de "deslocamento" de prêmios de risco entre os mercados domésticos.

"A primeira intervenção foi completamente justificada pelo fluxo do rebalanceamento. Mas a segunda, principalmente pelo horário, já muito perto da janela de fechamento da Ptax, não deu para entender muito bem. Pareceu um sinal de que o Banco Central tentou "peitar" o mercado, mas o prêmio acabou indo para a ponta longa da curva. Realmente não deu para entender muito", aponta o tesoureiro de uma grande instituição financeira.

O sócio de uma importante gestora na Faria Lima complementou dizendo ver uma ação "caótica" do BC. "Tinham **comunicado** na ata que fariam o que fosse

necessário e, agora, a mensagem é a de que, se acontecer, será um ciclo gradual.

Venderam dólar para um rebalanceamento semestral e nunca fizeram isso... E a segunda intervenção leva a crer que queriam tabelar o câmbio para darem só uma alta de 0,25 ponto em setembro", diz.

Esse gestor, inclusive, dá ênfase tanto ao movimento da curva de juros quanto à dinâmica da **inflação** "implícita", que voltou a subir com força. Enquanto a taxa do DI para janeiro de 2029 disparou, ao avançar de 11,855% para 12,115%, a **inflação** "implícita" extraída da NTN-B para maio de 2027 passou de 4,91% para 5,07%, em um claro sinal de aumento de prêmios de risco. "E não duvido o Focus voltar a piorar", alerta o profissional, ao se referir à dinâmica das expectativas de **inflação** de médio prazo.

Vale notar que, após o fechamento de sexta-feira, o BC anunciou novo leilão extraordinário, com a oferta de 14,7 mil contratos de swap cambial hoje, às 9h30.

Na avaliação de outros gestores e estrategistas, embora o BC tenha sinalizado que prefere um ciclo gradual de aperto monetário, caso ele ocorra, o mercado deve continuar a "testar" a autoridade monetária.

Nesse sentido, há quem diga que o excesso de comunicação e a leitura confusa extraída de declarações dos diretores possam fazer com que, mesmo se entregar um aumento de 0,25 ponto na Selic em um momento de flexibilização em economias desenvolvidas, o BC possa ser lido como "dovish" (suave), o que continuaria a promover uma piora do real. "E isso é tudo o que ele não deveria querer. Seria altamente contraproducente", observa um estrategista.

12,115% foi a taxa do DI para janeiro de 2029 na sexta-feira

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973>

Até onde pode ir o ciclo de corte de juros pelo Fed?

Roberta Costa De São Paulo

A economia americana está forte e a **inflação** está caindo em direção à meta de 2% do Federal Reserve (Fed) - este foi o "insight" que os dados da semana que passou nos trouxe. Mas o que vai acontecer na próxima reunião do BC americano, em 18 de setembro? É o que todos se perguntam.

Apesar de ser senso comum que os dados do "payroll" (relatório de emprego), que saem sexta-feira, são o divisor de águas entre um corte de 0,25 ponto percentual ou de 0,50 ponto na taxa de juros, o conjunto de informações recentes pode mudar as apostas para o ciclo de flexibilização - ou seja, o Fed pode "entregar" menos reduções do que o mercado espera (precifica nos ativos) agora.

O tumulto que se viu no mercado no começo de agosto, na esteira dos números fracos do mercado de trabalho, se diluiu tão rápido que parece outro mundo.

Uma sequência de indicadores que se seguiu mostrou que o risco de um pouso forçado da economia dos EUA parece improvável, com destaque para a alta anual de 5,3% dos gastos do consumidor em julho (ou 2,7% ajustados pela **inflação**), que foi responsável pela forte revisão do **PIB** do segundo trimestre para 3%, e o PCE - o índice de preços preferido do Fed - subindo 2,5% em julho em relação ao ano anterior, bem abaixo dos 7,1% registrados em julho de 2022.

Ademais, o sentimento do consumidor americano melhorou. O indicador de confiança da Universidade de Michigan subiu 2,3% em julho, impulsionado por um aumento nas expectativas das pessoas sobre como a economia se sairá nos próximos meses. Na mesma toada, o Conference Board, uma organização de pesquisa empresarial sediada em Nova York, informou que seu índice de confiança aumentou em agosto na margem, igualando seu nível mais alto desde fevereiro.

No pano de fundo, a queda dos preços de gasolina, das taxas de juros das hipotecas e os sucessivos recordes das bolsas em Nova York - que têm grande relevância na percepção de bem-estar do cidadão americano.

Neste contexto, o "The Wall Street Journal" perguntou

a 1.500 leitores no fim de agosto sobre seus sentimentos em relação à economia, e 34% disseram que ela está melhorando, acima dos 26% no início de julho. A parcela que achava que a economia estava piorando caiu de 54% para 48%. Longe do retrato anterior à pandemia, mas bem melhor do que se podia pensar há poucos meses. Claro que há uma eleição presidencial à frente, e que os gastos dos consumidores têm sido bancados em boa parte por queda na poupança e mais endividamento, já que a renda dos americanos tem andado pouco - questões que preocupam.

Voltando à **inflação**, um dado interessante sobre a sua trajetória nos EUA é que a desaceleração do núcleo (que tira preços voláteis) em base anual se deu no passo de quase 0,2% em julho, acima do 0,17% necessário mensalmente para que a meta de 2% do Fed seja atingida no início do próximo ano. Para completar, a taxa trimestral anualizada já está abaixo de 2% nas últimas três leituras. Ótimas notícias.

Mas Jerome Powell, presidente do Fed, selou a virada de foco da ação da política monetária para o lado do mercado de trabalho no simpósio em Jackson Hole, o que explica a pouca reação do mercado ao núcleo do PCE abaixo do esperado, divulgado na sexta. Juntando os dados de atividade citados acima, um corte de 0,5 ponto na taxa de juros parece hoje agressivo. Então, o que pode acontecer na próxima sexta-feira?

Se a criação de vagas de trabalho chegar a 150 mil e a taxa de desemprego permanecer em 4,3% ou cair para 4,2%, como o consenso está prevendo atualmente, observadores do BC americano dizem que a redução dos juros em 0,25 ponto percentual é uma aposta segura. Tanto é que o CME mostra probabilidade de 70% de que isso aconteça.

Por outro lado, se vier algo em torno ou abaixo de 100 mil vagas e o desemprego subir para 4,4% ou 4,5%, o pêndulo deve mudar outra vez para 0,5 ponto percentual, o que coaduna com o que Powell disse: "Não buscamos ou acolhemos mais resfriamento nas condições do mercado de trabalho". Aí pode ser de novo um momento de alta volatilidade nos mercados globais.

Contudo, uma vez que o conjunto de dados recentes

de atividade é inequivocamente positivo, pode também haver, no futuro próximo, outro movimento que mexe com alocações de ativos mundo afora: uma mudança de visão sobre o quanto a taxa de juro americana vai cair até o final do ciclo - hoje até o nível de 3,25%. E, dependendo do que acontecer nesta semana, ser menos do que o mercado espera.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187973>

Taxa de desemprego recuou para 6,8%

Rio - A taxa de desemprego no Brasil ficou em 6,8% nos três meses até julho, em linha com o esperado por economistas e marcando o menor nível para o período desde o início da série do governo, em 2012, evidenciando a força do mercado de trabalho no país em um momento em que o Banco Central tem reiterado surpresa com a força da atividade econômica.

A taxa recuou 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre imediatamente anterior, de fevereiro a abril, e caiu 1,1 ponto sobre o mesmo período de 2023, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na sexta-feira (30).

A população desocupada caiu para 7,4 milhões no trimestre, menor número de pessoas procurando por uma ocupação no país desde o trimestre encerrado em janeiro de 2015.

A mediana das previsões em pesquisa da Reuters era de que a taxa de julho ficaria exatamente em 6,8% no período.

No trimestre, o rendimento médio real das pessoas ocupadas, que vinha em alta desde maio na comparação trimestral, ficou estável frente ao período anterior, em 3.206 reais, com alta de 4,8% na comparação anual.

Para a coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE, Adriana Beringuy, trata-se de um fato pontual. "Não é uma mudança de trajetória (de alta) da renda", afirmou a jornalista.

"Temos melhora da renda do trabalho nos últimos meses e isso mexe com demanda e consumo. Dado que essa melhora acontece há meses, o consumo gera demanda e gera demanda por mais trabalho e emprego", afirmou.

O BC tem reforçado em sua comunicação que o mercado de trabalho vem apresentando dinamismo maior do que o esperado e, em sua última reunião de política monetária, no fim de julho, os diretores discutiram o papel dessa dinâmica na determinação da **inflação** de serviços, segundo a ata do encontro.

Nesta semana, o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, apontou que já há sinais "ainda incipientes, mas mais claros" de que o aperto no emprego possa estar sendo transmitido para os preços de serviços "de uma forma mais prolongada".

O BC se reunirá em meados de setembro para deliberar sobre os juros e a aposta do mercado é de alta da taxa Selic, atualmente em 10,5% ao ano.

A população ocupada somou 102 milhões, novo recorde da série histórica e alta de 1,2% no trimestre e de 2,7% no ano, mostrou o IBGE. O nível de ocupação, que mede a parcela de pessoas ocupadas frente à população em idade de trabalhar, foi a 57,9%, maior nível em dez anos.

Já a taxa de informalidade foi de 38,7% da população ocupada (com 39,4 milhões de trabalhadores informais), mesmo nível verificado no trimestre encerrado em abril.

(Reuters) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Caixa deposita R\$ 15,2 bilhões de resultados do FGTS em 2023

Brasília - Termina neste sábado (31) o prazo para o depósito dos R\$ 15,2 bilhões em resultados registrados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no ano passado.

Os valores serão repassados pela Caixa Econômica Federal a todos os 130,8 milhões de trabalhadores titulares das 218,6 milhões de contas ativas e inativas, que somam R\$ 564,2 bilhões de saldo.

Contas ativas são as contas que recebem depósitos pelo emprego atual e inativas são as relacionadas a empregos anteriores a 31 de dezembro de 2023. Os valores estão sendo depositados desde o fim de julho.

O valor corresponde a 65% do total de lucro registrado em 2023, de R\$ 23,4 bilhões. O dinheiro é distribuído proporcionalmente ao saldo de cada conta do trabalhador em 31 de dezembro do ano anterior. Para saber a parcela do lucro que será depositada, o trabalhador deve multiplicar o saldo por 0,02693258. Ou seja, a cada R\$ 1 mil de saldo, o cotista receberá R\$ 26,93.

O montante recebido pelos trabalhadores vai direto para o saldo do FGTS e só pode ser sacado nos casos previstos na legislação, como doenças graves, dispensa sem justa causa, aposentadoria e desastres naturais.

O saldo do FGTS também pode ser usado na aquisição de imóvel residencial.

O trabalhador pode verificar o saldo no fundo por meio do aplicativo FGTS, disponível para os telefones com sistema Android e iOS. Quem não puder fazer a consulta pela internet pode ir a qualquer agência da Caixa para pedir o extrato no balcão de atendimento.

O banco também envia o extrato do FGTS em papel a cada dois meses, no endereço cadastrado.

Quem mudou de residência deve procurar uma agência da Caixa ou ligar para o número 0800-726-0101 e informar o novo endereço.

Rendimento - Pela legislação, o FGTS rende 3% ao ano mais a taxa referencial (TR).

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (STF)

decidiu que o fundo deve ter correção mínima pelo IPCA, mas a correção não é retroativa sobre o estoque das contas e só vale a partir da publicação do resultado do julgamento.

Se o resultado da distribuição do lucro, somado ao rendimento de 3% ao ano mais TR, ficar menor que a **inflação**, o Conselho Curador é obrigado a definir uma forma de compensação para que a correção alcance o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O resultado positivo do FGTS em 2023, de R\$ 23,4 bilhões, representa quase o dobro dos R\$ 12,1 bilhões registrados em 2022. Do ganho total de 2023, R\$ 16,8 bilhões decorrem do lucro recorrente do FGTS, resultante de aplicações do fundo em títulos públicos e em investimentos em habitação, saneamento, infraestrutura e saúde.

Os outros R\$ 6,6 bilhões decorrem da reestruturação do fundo que financia a reconstrução do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. O acordo foi assinado em agosto do ano passado para dar prosseguimento às obras na região portuária, que começaram em 2010. (ABr) %

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Campos Neto prevê ajuste gradual na Selic

São Paulo- O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse na sexta-feira (30) que, se e quando houver ajuste no ciclo de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que está estagnado em 10,5% atualmente, esse movimento será gradual.

Durante o evento Expert XP 2024, Campos Neto também afirmou considerar que a resposta do mercado às taxas de juros futuros nos contratos que vencem no curto prazo não correspondem à mensagem transmitida na ata da última reunião do Copom.

Na ocasião, ao justificar a manutenção da taxa básica Selic, o colegiado elevou o tom e disse não hesitaria em aumentar os juros se achar que é necessário.

"O prêmio de risco na parte curta da curva de juros não é compatível com a mensagem foi feita na ata", disse o presidente do BC. "Se, e quando houver um ciclo de ajuste de juros, esse ciclo será gradual", ressaltou.

Campos Neto voltou a dizer que a autarquia fará o que for preciso para levar a **inflação** para a meta, destacando mais uma vez que as expectativas dos agentes financeiros para os preços no país estão desancoradas, ou seja, mais longe da meta estabelecida, de 3%, com tolerância de 1,5 ponto para mais ou para menos.

O presidente do BC comentou ainda os dados de desemprego divulgados na sexta-feira (30). Em mais um sinal de aquecimento do mercado de trabalho, a taxa de desemprego do Brasil recuou a 6,8% no trimestre encerrado em julho, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo Campos Neto, a taxa atual é historicamente baixa para o Brasil e o BCI está de olho nos efeitos desse mercado de trabalho aquecido sobre o consumo e, conseqüentemente, para a **inflação** de serviços.

O patamar atual da taxa de desemprego é a menor para esse período na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), iniciada em 2012. Campos Neto voltou a dizer que o BC depende desses dados para as próximas decisões de juros.

(Stéfanie Rigamonti/Folhapress)

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

BC realiza duas operações de intervenção no câmbio

São Paulo - O Banco Central (BC) voltou a intervir no câmbio na sexta-feira (30), com a realização de um leilão adicional de 30 mil contratos de swap cambial no início da tarde. Do total disponível, estimado em US\$ 1,5 bilhão, foram vendidos 15.300 contratos de swap - o equivalente a US\$ 765 milhões.

Esta foi a segunda operação extra realizada pelo BC na sexta-feira, visando a injeção de recursos novos no sistema. Pela manhã, a autarquia vendeu US\$ 1,5 bilhão no mercado de dólares à vista, marcando três intervenções do BC no mercado de câmbio desde o início do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No swap cambial, a autarquia faz uma espécie de venda de dólares no mercado de futuros, como forma de assegurar que há oferta para atender à demanda pela moeda.

Trata-se de um instrumento de controle da cotação, para evitar grandes flutuações e disfuncionalidades.

O BC realizou as duas operações no dia de formação da Ptax, uma taxa de câmbio que serve de base para a liquidação de contratos futuros, elaborada sempre no último dia útil do mês.

A disparada do dólar nos últimos dias levou às duas intervenções no câmbio. A mais recente operação nesses termos ocorreu em dezembro de 2021, no valor total de US\$ 500 milhões. Já a última venda de dólar à vista aconteceu em abril de 2022, com valor de US\$ 571 milhões.

Na prática, os leilões visam estimular a circulação de dólares no país, seguindo a lei da oferta e demanda: quanto mais disponível, menor o preço.

De acordo com Gabriel Meira, especialista em câmbio e sócio da Valor Investimentos, o BC trabalha com dados internos que são desconhecidos para o mercado e pode ter notado um fluxo de compras de dólar fora do comum na sexta-feira (30).

"A autarquia, então, entendeu que o preço estava descorrelacionado do ideal e colocou dólares em leilão como forma de diminuir a cotação, protegendo o poder de compra da moeda", explica.

O leilão pela manhã ainda atendeu ao rebalanceamento de um dos principais índices de referência para investidores que aplicam em bolsas internacionais, chamado MSCI (sigla para Morgan Stanley Capital International).

A alta da moeda, porém, não foi contida após a primeira intervenção do BC, com pressão dos dados de **inflação** dos Estados Unidos e cautela diante dos riscos fiscais do país, em dia de envio do Projeto de Lei do Orçamento de 2025 ao Congresso Nacional.

Diante da disparada, fez-se necessário o segundo leilão, diz Meira. "O dólar mexe diretamente com a **inflação** do País e quase 90% do que consumimos está atrelado à moeda.

Quase tudo que é transportado no Brasil é via caminhões, movidos a combustíveis ligados ao petróleo, que é cotado em dólar. Quando o dólar sobe, a gasolina sobe e, por consequência, os alimentos também", argumentou. Para evitar que a valorização do dólar impactasse a **inflação**, explica ele, foram feitos os leilões. Dirigentes do BC, notadamente o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto, e o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, indicado à presidência da autarquia a partir de 2025, já falavam de intervenção no mercado de câmbio há alguns dias.

"Possivelmente algum fluxo muito forte de compras em dólares pode ter indicado ao BC que era a hora de intervir", avalia Meira. (Tamara Nassif/Folhapress)

Site: <https://publisher.diariodocomercio.com.br/central-do-leitor/digital/>

Possível fim do saque-aniversário deve ficar para depois das eleições

ANDERSON AMARAL

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho (PT), voltou a defender mudanças nas regras do **FGTS** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) que impedem a retirada do saldo da conta nos casos de demissão sem justa causa quando o trabalhador opta pelo saque-aniversário.

Nesta modalidade, o cotista pode sacar parte do valor do fundo anualmente, no mês de seu aniversário, mas tem de esperar dois anos para retirar a quantia integral da conta em caso de rescisão.

O ministro do Trabalho ressaltou que o governo deve esperar o fim das eleições municipais para enviar o projeto ao Congresso Nacional.

"Essa é minha batalha de convencimento do Congresso, do sistema financeiro, para que não haja boicote ao projeto", afirmou.

Marinho considera a modalidade de saque uma "crueldade". "Uma das tarefas do **FGTS** é proteger o trabalhador do infortúnio do desemprego, que não está garantido com o **saque-aniversário**."

O cidadão tem dois anos de restrição para sacar o dinheiro que é reconhecidamente dele. Acho, inclusive, que é uma lei inconstitucional.

Quem aderiu não tem essa garantia", disse Marinho, em entrevista ao Diário. Mais de 8 milhões de trabalhadores aderiram a essa modalidade.

O ministro ressaltou ainda que o **FGTS** é uma importante fonte de financiamento habitacional e para o saneamento básico, e que o **saque-aniversário** "levou a um processo de enfraquecimento do fundo no cumprimento dessa tarefa". O governo reconhece, porém, que a modalidade tem sido usada, na maioria dos casos, como crédito emergencial e para o pagamento de contas atrasadas. Por isso, estuda vincular o fim do **saque-aniversário** à criação de um novo sistema de empréstimo consignado - crédito com desconto das parcelas diretamente na folha de pagamento - para o trabalhador do setor privado.

"Pelos regras atuais, o empregador precisa estabelecer um convênio com a instituição financeira

para ter acesso ao consignado. No novo sistema, o acesso será feito pelo e-Social casado com o **FGTS Digital**, sem a necessidade de autorização do empregador, o que vai permitir ao trabalhador, inclusive, escolher em qual banco vai contratar o empréstimo", disse o ministro.

APLICATIVO Marinho negou que o projeto de lei apresentado pelo governo que visa regulamentar o serviço de aplicativo de transporte de passageiros tenha 'subido no telhado' e espera que as discussões sobre a proposta sejam retomadas também após as eleições municipais.

A matéria foi encaminhada em março deste ano, mas não conseguiu avançar na Câmara no primeiro semestre por falta de apoio.

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_92430621BAB94D7E17F913EF9C5D2678536A92D7572CD216846134FF1A5E08B15AB991A790ECB5660AE38215F0559A027755B0D08670A74CE6CFBC5BCE16E921B9137ECA49B6BFC1869350399B3E82F02131FB02FFF90CC5397FBF579EB9B02A230F31FD32700D2AB3BB5D877382335BF3B256FF3A3F49D6E4C0D38A2163C